



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ata n.º 306 -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Adriano Martins Aires, e secretariada pela Primeira Secretária, Senhora Maria Lúcia Braga Araújo, e pela Segunda Secretária, Senhora Maria Alexandra Ferreira Henriques, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

----- Ponto um: *"Tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 34.º, do Regulamento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";* -----

----- Ponto dois: *"Apreciação e votação da ata n.º 304, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º, do RAMA";* -----

----- Ponto três: *"Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA";*

----- **Período da Ordem do Dia:** -----

----- Ponto um: *"Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA";* -----

----- Ponto dois: *"Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para abertura de procedimento concursal, ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e emissão de parecer favorável ao alargamento da área de recrutamento, nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual – dois assistentes operacionais (motoristas de pesados)";* -----

----- Ponto três: *"Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para abertura de procedimento concursal, ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e emissão de parecer favorável ao alargamento da área de recrutamento, nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual – dois técnicos superiores de serviço social e um técnico superior de arquitetura paisagística";* -----

----- Ponto quatro: *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento do Cartão Anadia Jovem, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA";* -----

----- Ponto cinco: *"Apreciação do relatório n.º 1082/2013 "Controlo do Endividamento e da Situação Financeira da Administração Local Autárquica, Auditoria ao Município de Anadia", da IGF – Inspeção-Geral de Finanças, nos termos da alínea g), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro";* -----

----- Ponto seis: *"Apresentação, discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, elaborado pelo Grupo de Trabalho designado para o efeito, em sessão da Assembleia de 19 de outubro de 2013, constituído por um Deputado de cada Grupo Municipal e presidido pelo Presidente da Mesa";* -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Período de Intervenção do Público:** -----

----- *Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.*-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM): -----

- • Adriano Martins Aires – GM do MIAP; -----
- • João José Nogueira de Almeida – GM do PPD/PSD; -----
- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do MIAP; -----
- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PPD/PSD; -----
- • António Manuel Alves – GM do PS; -----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do MIAP; -----
- • Graciete da Piedade Seco Vaz de Crasto – GM do PPD/PSD; -----
- • Aníbal José Franco Ferreira – GM do MIAP; -----
- • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do PPD/PSD; -----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do MIAP; -----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS; -----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do MIAP; -----
- • Artur Domingos Pires Salvador – GM do PPD/PSD; -----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do MIAP; -----
- • Sara Filipe Seabra dos Reis – GM do PPD/PSD; -----
- • Mónica Filipa Moraes da Silva – GM do PS; -----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do MIAP; -----
- • Henrique Emanuel de Carlos Fidalgo – GM do PPD/PSD. -----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular; -----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do MIAP; -----
- • Ricardo César Galante Oliveira Manão – GM do PPD/PSD, substituído por Anabela Oliveira de Almeida; -----

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----

- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho; -----
- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima; -----
- • José Arlindo Fernandes Simões – GM do MIAP – PJF da Moita; -----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do MIAP – PJF de Sangalhos; -----
- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • António Ferreira de Carvalho – GM do MIAP – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----
- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD – PJ da União das Freguesias de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Arcos e Mogofores; -----

----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro.-----

----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros: -----

----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----

----- • José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro – PPD/PSD – Vereador; -----

----- • Litério Augusto Marques – MIAP – Vereador; -----

----- • Jorge António Tavares de São José – PPD/PSD – Vereador; -----

----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador; -----

----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vereador; -----

----- • Lígia Filipe Seabra – PPD/PSD – Vereadora. -----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia do dia vinte e oito de fevereiro, quando eram quinze horas e treze minutos. -----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de dirigir os seus cumprimentos aos presentes, passou a referir: -----

----- “Queria, antes de entrarmos na ordem de trabalhos, fazer ou dar conhecimento de alguns documentos que chegaram à mesa previamente. Tenho um primeiro documento de um requerimento feito pelo Senhor Deputado Municipal Ricardo César Galante Oliveira Manão, que dá conhecimento que não pode estar presente na assembleia e indica como sua substituta a Senhora Deputada Municipal Anabela Oliveira de Almeida. Verificada a conformidade em termos de identificação e de posição de lista de candidatura, resta-me, em nome da mesa, dar-lhe as boas vindas à assembleia municipal. -----

----- Tenho também na minha mão um voto de pesar subscrito pelo Senhor representante do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, que em reunião de representantes foi unanimemente decidido e votada a apresentação deste voto e delegado em nome dos outros grupos municipais que fosse o representante, ou o Grupo Municipal do PSD a apresentar este voto de pesar que passo a ler: -----

----- “Assembleia Municipal de Anadia – Sessão ordinária vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze. Ao abrigo do artigo trinta e quatro, ponto um, alínea c), do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia. «Voto de pesar. -----

----- Anadia perdeu, no mês de janeiro, um cidadão que ficará para sempre ligado à história da democracia e da política nacional e do nosso concelho. Custódio Costa de Matos foi membro da Assembleia Constituinte, membro da Assembleia Municipal de Anadia e Vereador na Câmara Municipal de Anadia. A sua vertente humana coadjuvada com a social democracia que sempre defendeu, dele fizeram um exemplo de vida humana em prol da construção de um país mais plural e mais desenvolvido, assim como de um concelho sustentável, sempre associado ao PPD/PSD. É pois, por este sentimento de perda que todos os Grupos Municipais desta Assembleia Municipal propõem um voto de pesar pelo falecimento de Custódio Costa de Matos,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentando as suas mais sentidas condolências aos seus familiares e amigos. Por todos os Deputados Municipais da Assembleia Municipal de Anadia, José Manuel Oliveira Carvalho.»-----

----- Lido o voto de pesar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação do mesmo. -----

----- Depois de submeter à votação o voto de pesar pelo falecimento do Senhor Custódio Costa de Matos, subscrito pelos representantes de todos os Grupos Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que o mesmo tinha sido aprovado por unanimidade. -----

----- Entretanto, e apesar de a proposta não contemplar o cumprimento de um minuto de silêncio, solicitou a todos que guardassem um minuto de silêncios e recolhimento na memória do Senhor Custódio, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs, em nome da Mesa, que fosse votada aprovação de um minuto de silêncio em memória do Senhor Custódio. -----

----- Depois de submeter à votação a proposta para que fosse cumprido um minuto de silêncio em memória do Senhor Custódio Costa de Matos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade. -----

----- Prontamente, solicitou a todos para se levantarem e recordassem o que as suas memórias guardavam do Senhor Custódio Matos. -----

----- Cumprido o minuto de silêncio, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de antes da ordem do dia, nomeadamente ao seu ponto um: *"Tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 34.º, do Regulamento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)".* -----

----- Para o efeito, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Deputada Alexandra Henriques para fazer a chamada das pessoas que iriam tomar posse perante a Assembleia Municipal, dado que não tinham tomado na sessão anterior. -----

----- A Senhora Deputada Alexandra Henriques passou, então, a ler a ata da tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Anadia e no edifício dos Paços do Município, compareceram para se proceder à tomada de posse perante esta Assembleia Municipal como membros do Conselho Municipal de Segurança nos termos do artigo nono da Lei número trinta e três barra noventa e oito, de dezoito de julho, os seguintes cidadãos: Dr.ª Maria do Rosário Ferreira Alves Marques, em representação do Centro Regional de Aveiro do Instituto da Segurança Social, e Sargento-Chefe Armando Simões Marçal, em substituição do Comandante do Destacamento Territorial de Anadia da Guarda Nacional Republicana. -----

----- Verificada a conformidade formal do processo com a identidade dos presentes e para constar se lavrou a presente ata, que eu, Maria Alexandra Pereira Henriques, segunda secretária da Assembleia Municipal, a subscrevi e redigi e que vai ser assinada por todos os presentes."---

----- Concluída a leitura da ata, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou aos empossados os votos de melhores venturas no Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Entretanto, passou a apresentar o ponto dois do período de antes da ordem do dia,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

"Apreciação e votação da ata número trezentos e quatro, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º, do RAMA".-----

----- Para intervir no período de apreciação da ata número trezentos e quatro, da sessão extraordinária realizada no dia vinte e dois de novembro de dois mil e treze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que depois de cumprimentar os presentes, formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Portanto era só para informar que relativamente às decisões tomadas na última sessão, quanto à ata número trezentos e três, já está esclarecido e que foi decido, portanto, em reunião de representantes, as atas passariam primeiro por essa reunião de representantes para haver mais tempo neste período da ordem do dia para discussão e intervenção dos deputados nas coisas que eram mais importantes. Portanto, para informar e congratular-me com esse processo e portanto felicitar o Presidente da Mesa por este acordo."-----

----- Não tendo havido qualquer outro pedido de intervenção no período de discussão da ata número trezentos e quatro, da sessão extraordinária realizada no dia vinte e dois de novembro de dois mil e treze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a mesma à votação. Decorrida a votação, anunciou que a ata número trezentos e quatro, da sessão extraordinária realizada no dia vinte e dois de novembro de dois mil e treze, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, uma abstenção do Senhor Deputado Municipal Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, por não ter estado presente na sessão a que a mesma diz respeito, e zero votos contra, não se encontrando presente na votação o Senhor Deputado Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de União das Freguesias de Arcos e Mogofores, Fernando Adelino Pina Fernandes. -----

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto três do período de antes da ordem do dia, *"Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA". -----*

----- A iniciar aquele período, concedeu a palavra à Senhora Deputada Jennifer Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou: -----

----- "Muito boa tarde a todos. Estendo os meus cumprimentos a todos os presentes, e não individualmente a cada um, e dirigia esta palavra à Senhora Engenheira, nossa Presidente. No sentido da reforma do novo mapa judiciário se tem alguma informação oficial? Se tem sido contactada pelo governo? Se há algum avanço? Se há algum recuo? -----

----- Mas venho também pedir a esta assembleia que possamos de novo aprovar a moção de reorganização da estrutura judiciária, um documento que já foi aprovado por esta mesma assembleia municipal, numa sessão extraordinária do dia vinte e nove de outubro de dois mil e doze. Tal documento é extenso e portanto vou apenas ler as conclusões do documento para que todos os presentes possam ficar a saber do que se trata para depois de seguida, se assim aceitarem, levar à votação e à aprovação esta moção de repúdio. -----

----- Em conclusão o documento diz: «Pelo exposto propõe-se que: Ponto um – Se informe o Ministério da Justiça da oposição da Câmara Municipal de Anadia, face à proposta que consta do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ensaio para a reorganização da estrutura judiciária, condenando o desconhecimento das estruturas judiciais locais existentes, bem como os dados e os valores de ponderação utilizados para justificar a reforma apresentada; ponto dois – Se exija a manutenção do modelo atual do mapa judiciário no que concerne à comarca do Baixo Vouga; ponto três – Que a persistir a intenção de reorganização do mapa judiciário, se exija a reformulação da referida proposta, no sentido de garantir um reforço de cobertura judicial de toda a zona sul do distrito de Aveiro que, como se constata pela análise do mapa que integra o referido ensaio, se encontra esbatida. Tal reforço passaria por manter em funcionamento o juízo de grande instância cível no Tribunal de Anadia, instalar no Tribunal de Anadia uma secção de competências especializada, como por exemplo, a terceira secção de família e menores, atualmente a funcionar no Tribunal de Oliveira do Bairro, e que a manter-se neste tribunal obrigará a mais um investimento na construção de um novo edifício, apesar de estar apenas a cerca de dez quilómetros do Tribunal de Anadia, e, por fim, criar uma secção de execução, ou uma secção de comércio, dado o estrangulamento que nestas áreas se verifica nos Tribunais de Águeda e de Aveiro respetivamente.»-----

----- Após a intervenção da Senhora Deputada Jennifer Pereira, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Arménio de Almeida Cerca, do Grupo Municipal do MIAP, que formalizou a intervenção, não sem antes cumprimentar os presentes: -----

----- “Eu queria questionar aqui a Senhora Presidente de Câmara pelo seguinte. Temos vindo a assistir, nos últimos dias, a obras ali junto ao *Domus* Café. Considerando que é uma obra relativamente nova, inaugurada há relativamente pouco tempo, e tendo em conta, também, toda a problemática que já surgiu nesta assembleia, inclusivamente, da não abertura do *Domus* Café em determinado tempo, queria saber, ou queria que explicasse aqui à assembleia, se for possível, o porquê dessas obras, se tem a ver com o *Domus* Café e se a abertura do *Domus* Café tem para isso algum constrangimento físico ou legal que esteja a impedir. Era só.”-----

----- Para responder às questões apresentadas pelos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que referiu o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores elementos da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, uma boa tarde a todos e bom trabalho a todos nesta que é a primeira sessão deste ano de dois mil e catorze. -----

----- Relativamente à questão que a Senhora Deputada Jennifer colocou relativamente ao mapa judiciário, aquilo que eu tenho que informar é que pese embora eu tenha solicitado uma audiência à tutela, de facto tal não foi concedida e também não foi enviado a esta Câmara Municipal qualquer documento final que demonstrasse qual é a solução que efetivamente foi aprovada. Portanto, nesse sentido, não temos em nossa posse qualquer outro documento para além do outro que já existiu e que foi objeto também de análise do anterior executivo municipal e também da assembleia municipal da altura, que apresentou efetivamente a moção de repúdio. E, e portanto, nada mais há a acrescentar relativamente a essa situação. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- E para além de tudo aquilo que disse, reforço obviamente o constrangimento que o facto de o nosso Tribunal não ter as valências que lhes são devidas pode causar a todos os cidadãos, no sentido que a todos obriga a uma mobilização para outros tribunais e, portanto, fora da nossa sede do concelho. -----

----- Queria também alertar que, de facto, enquanto o nosso Tribunal anteriormente dependia do Tribunal de Coimbra, da Relação de Coimbra, neste momento, obviamente, estaremos a depender do Tribunal da Relação do Porto. Portanto é mais um fator negativo a que acresce a todas essas decisões negativas que este governo tomou, nomeadamente no que toca ao nosso Tribunal. -----

----- Relativamente ao Senhor Deputado Arménio Cerca, queria dizer que efetivamente as obras que estão a ser executadas, e que era a previsão iniciarem-se até um pouco antes, mas face às condições climáticas tal não foi possível porque de facto tem chovido insistentemente e, portanto, só agora foi possível iniciar aquelas obras que têm a ver com o acesso direto, que está a ser construído, ao parque de estacionamento, um acesso direto para peões. Portanto, há ali uma abertura que irá permitir um acesso direto aos peões para o parque de estacionamento sem a utilização do edifício que está ao lado, portanto o edifício de proximidade, e sem ser a outra alternativa que tem também a entrada dos carros. Como tal, fica um acesso direto para os peões o que será também uma vantagem para quem utiliza o próprio *Domus* Café e que assim também quer usar do estacionamento. -----

----- Relativamente ao *Domus* Café, digamos que estas obras condicionam porque de facto facilitam um bocadinho o acesso ao parque de estacionamento e, também, pelo facto de não estar aberto, obviamente que é muito mais fácil esta construção das obras tal como neste momento estão a ser executadas porque há ali de certa maneira algum constrangimento naquela zona e temos que salvaguardar, nomeadamente tivemos que proteger e esperamos que dentro de pouco tempo estejam as obras concluídas. Nada mais a acrescentar Senhor Presidente.”-----

----- Apresentada a resposta por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP, que depois de cumprimentar os presentes disse: -----

----- “Temos assistido, há algum tempo, à divulgação pela comunicação social escrita, regional e nacional, e através da televisão, de notícias sobre a Escola Secundária de Anadia. São notícias nada abonatórias da instituição e que ultrapassam já a estrutura física, os edifícios, mas também o seu corpo discente e, por associação, o seu corpo docente, mas se analisarmos os rankings comparativamente com os das escolas dos concelhos limítrofes de Águeda, Oliveira do Bairro e Mealhada, a escola teve de dois mil e um a dois mil e dez sempre a melhor posição das escolas públicas e da privada do concelho de Oliveira do Bairro e teve mesmo, nos anos dois mil e seis e dois mil e dez, a primeira posição à frente da escola privada do nosso concelho. -----

----- Mas se na qualidade do ensino os números estão aí, são públicos e não deixam dúvidas das boas práticas, já a questão das instalações as críticas são totalmente justificadas. Tenho



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dado aulas numa sala onde no local da primeira mesa estão dois baldes para apanhar a água que cai do teto. Esta, como a quase totalidade das salas do chamado bloco B, apresenta um estado de degradação inadmissível. -----

----- Acompanhámos desde o ano menos dez, repito menos dez, o aparecimento do novo edifício. Sim porque o momento da decisão da construção da nova escola pela Parque Escolar foi o corolário de dez anos de luta com as instituições pelas direções lideradas pelo Prof. Luís Santos. Depois foi preciso vencer alguns velhos do restelo, ou melhor, velhos de Anadia, para a obra arrancar e ter-se-á perdido um ano que teria feito toda a diferença. Curioso, alguns destes hoje estão na primeira fila das manifestações, o que não deixa de ser curioso. -----

----- Mas o que pretendo não é avivar alguns espíritos sonolentos, mas sim pedir à Senhora Presidente da Câmara Municipal que elucide esta Assembleia se já teve alguns contactos com o Senhor Ministro da Educação, ou outros membros do atual governo, verdadeiros e únicos responsáveis pela paragem da obra. Quais as expectativas de futuro? Qual a sua opinião sobre a intenção do governo para desbloquear a atual situação? Porque Anadia e a sua comunidade escolar merecem respeito. Muito mais respeito que aquele que este governo tem tido com Anadia desde que tomou posse. Muito obrigado.”-----

----- Atentas as questões colocadas pelo Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a seguinte resposta: -----

----- “Relativamente à questão que o Senhor Deputado Dino Rasga colocou, resta-me apenas informar que de facto tive audiência com o Senhor Ministro da Educação, após dois ou três meses de ter solicitado a respetiva audiência, e de facto a primeira situação que constatei foi alguma, não direi que o Senhor Ministro estaria com desconhecimento da matéria, mas mostrou-se um bocadinho descontextualizado, e eu já disse isto sobre esta questão, portanto, um bocadinho alheado, inclusivamente do que se estaria a passar. O que é bastante estranho, na medida em que diversas ações têm sido tomadas, nomeadamente pela Associação de Pais e pela Associação de Estudantes, e bem, e reconhecidamente também pelo seu papel, mas que tem sobretudo incidência naquilo que são as deficiências da atual Escola Secundária e de facto aquilo que é o papel da Câmara Municipal de Anadia neste momento é a defesa da continuação das obras da nova escola secundária. -----

----- Nesse sentido, a única coisa que o Senhor Ministro me soube dizer é que de facto a obra foi iniciada sem qualquer pacote financeiro e que o outro governo teria iniciado as obras sem qualquer pacote financeiro para prosseguir as obras e, como tal, neste momento essa responsabilidade estaria sobre a Parque Escolar. Estranhamente, porque quem mandou efetivamente parar as obras foi precisamente o governo que mandou parar tantas obras públicas neste país, nomeadamente a continuação da Escola Secundária de Anadia, Escola Básica Integrada e Secundária de Anadia. -----

----- Portanto, para todos os efeitos há uma ordem de paragem por parte do Ministério da Educação, mas que agora se recusa, no fundo, a dar uma resposta clara, na medida em que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

remete precisamente essa responsabilidade para a Parque Escolar. Apenas acrescentou que estaria a caminho um pacote financeiro e se poderia dar algumas garantias desse pacote financeiro que viria e que de facto poderia dar continuidade às obras, mas que seria obviamente a Parque Escolar também a delinear a estratégia para recomeço das obras. -----

----- Com alguma apreensão, e eu penso que já disse isto na última assembleia, na medida em que existe um empreiteiro em obra cuja, tem a responsabilidade ainda do que já está lá construído, mas que após um ano e tal de paragem entende que tem direito a indemnização sobre a paragem das obras, como é óbvio, e sobre todos os custos do estaleiro, mas que não existe efetivamente qualquer articulação nem vontade de ambas as partes, quer seja da tutela, quer seja da própria Parque Escolar, para se sentarem à mesa e discutirem a melhor estratégia de continuarem as obras e, portanto, que houvesse, inclusivamente, algum bom senso para que as obras pudessem prosseguir a bom ritmo. -----

----- O que aconteceu entretanto, e isso também sei, é que efetivamente o empreiteiro já terá apresentado uma proposta para rescisão do contrato, o que a ter alguma decisão favorável, esperemos que entretanto tal não aconteça, obviamente poderá atrasar todo este processo. ----

----- Portanto, o meu apelo nesse sentido ao Senhor Ministro da Educação, e ao Senhor Secretário de Estado que também estava presente, foi que se inteirassem de todo este processo e efetivamente dessem uma resposta mais concreta ao Município de Anadia. Não o tendo feito até esta data, e decorrido já quase um mês e qualquer coisa sobre a data da reunião, já por escrito solicitei novamente ao Senhor Ministro da Educação se já tinha a informação disponível para que pudesse dar uma resposta mais precisa sobre a continuação das obras da Escola Secundária de Anadia o que aguardo. Portanto, ficarei a aguardar. Na devida altura poderei dar outras informações, mais não tenho neste momento para dar.”-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- “Queria relembrar o artigo trigésimo oitavo na secção cinco, da distribuição dos tempos, no ponto quatro, diz que a palavra é dada por ordem de inscrição, devendo o Presidente da Mesa da Assembleia, sempre que se justifique e seja possível, conceder a palavra intercaladamente aos Deputados Municipais inscritos dos diferentes Grupos Municipais. Parece que havia aí mais inscrições e o Senhor Presidente não está a cumprir com o regimento. Agradeço que o faça por favor.”-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a observação feita pelo Senhor Deputado José Carvalho e prontamente passou a palavra ao Senhor Deputado Henrique Fidalgo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que, depois de cumprimentar os presentes, formalizou a intervenção: -----

----- “Ora bem, a minha intervenção vem precisamente no seguimento da feita pelo colega Dino Rasga relativamente à Escola Secundária de Anadia. Nós temos conhecimento de que realmente a Senhora Presidente teve uma reunião com o Senhor Ministro da Educação e também com o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seu gabinete e que posteriormente terá tido também uma reunião no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas. Admiração nossa que nessa reunião as mensagens que a Senhora Presidente da Câmara trouxe, trazidas da primeira reunião com o Senhor Ministro da Educação, entre outras coisas, veiculava que o Senhor Ministro tinha total desconhecimento relativamente à realidade da Escola Secundária de Anadia. -----

----- Ora muito bem, nós tomámos iniciativa de contactar o gabinete do Senhor Ministro e podemos neste momento confirmar que isso é a mais pura das mentiras. O Senhor Ministro, para além de ter conhecimento de toda a realidade, indicou e deu-lhe alguns dados concretos relativamente a essa questão. E dando-lhe nota de que se nada acontecesse em contrário que provavelmente, e com grande probabilidade, as obras iniciariam no segundo trimestre ainda deste ano e que, inclusivamente, uma das questões que a Senhora Presidente tomou nessa reunião com o Senhor Ministro e que comunicou e que lhe foi essa comunicação feita da sua parte ao Senhor Ministro, foi que qual seria a titularidade dos terrenos relativamente à escola atual. -----

----- Ora bem, quer-me a mim parecer que o seu objetivo nesta situação foi claramente de agitar as águas no Conselho Geral do Agrupamento das Escolas, tentando diminuir todos os esforços que têm sido feitos relativamente à presença de Deputados à Assembleia da República na referida escola, com constantes acompanhamentos, quer mesmo relativamente às diversas manifestações que a Associação de Pais tem feito nesse sentido, bem como a Associação de Estudantes, trazendo cá a comunicação social para declarar aos olhos de todo o país a realidade da escola. -----

----- Eu acho que estava na altura de nós pararmos de tentar colocar areia na engrenagem, de tentarmos encontrar culpados para uma situação que é de interesse de todos nós e unirmos esforços para que a situação fosse realmente resolvida, porque se todos estivermos a lutar no mesmo sentido a coisa torna-se muito mais fácil. Obrigado.”-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que respondendo disse: -----

----- “Senhor Deputado, é evidente que o Senhor Ministro pode ter dito que isso não é verdade, tudo bem, ele pode dizer aquilo que muito bem entende. Veja que a tal ponto o Senhor Ministro desconhecia as situações, que eu própria o convidei a vir a Anadia, para vir ver no local efetivamente a realidade, quer de uma, quer de outra situação. Aliás até lhe disse inclusivamente que o Senhor Ministro, vindo tão frequentemente à nossa região, era fácil, saía no nó sul de Anadia, era só uma deslocaçõzinha e de facto passava rapidamente e eu teria todo o gosto em o acompanhar. -----

----- O Senhor Ministro se calhar não lhe disse isto, mas eu tive a oportunidade de lho transmitir, de lhe fazer esse desafio e esse convite. Quero dizer-lhe que se não fosse, e isso é que me estranha, realmente tantas visitas e tanta ação da comunicação social e tantas ações da própria Associação de Pais e da Associação de Estudantes, é que me admirou de facto o Senhor Ministro mostrar-se desconhecedor da situação. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No que toca por exemplo aos terrenos, esses então nem vou falar, porque de facto desconhecia totalmente. Aliás, também lá deixei o *dossier*. Portanto, eu não tenho mais nada para dizer para além do que disse e, por tal, eu pus por escrito ao Senhor Ministro da Educação a informação, solicitei-lhe a informação que ele prestasse ao Município de Anadia e, portanto, espero então que ele por escrito possa informar efetivamente este Município daquilo que bem entende e que pode obviamente contribuir para a resolução deste problema. -----

----- Areia na engrenagem, não é o Município de Anadia que a está a colocar, de maneira nenhuma, até porque desde o princípio foi o Município de Anadia que disponibilizou os terrenos que ainda hoje estão para ser escriturados e resolvidos para que aquela construção se iniciasse. Como tal, como vê, da parte do Município de Anadia apenas existe toda a boa vontade e toda a disponibilidade para que efetivamente as obras prossigam e, portanto, possam ter uma conclusão rapidamente. Porque também disse isso ao Senhor Ministro, que o principal, efetivamente, é ter uma escola condigna para os nossos alunos, para os nossos professores, para toda a comunidade educativa e que obviamente aquela obra se ficar inacabada, ao Município de Anadia de nada serve, para além de ser um mau espelho efetivamente neste momento daquilo que é a ação do Ministério da Educação.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com a permissão do Senhor Deputado João Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que estaria inscrito de seguida para intervir, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que formalizou a intervenção: -----

----- “Excelentíssimo colega, muito obrigado. Eu queria apenas deixar aqui duas ou três questões que me parecem de suma importância. Primeiro, quando nós falamos das coisas devemos ter o cuidado de não falar de cor. Não me recordo, Senhor Deputado, que alguma vez Vossa Excelência tenha estado em alguma reunião de discussão da Escola Básica e Secundária de Anadia. -----

----- Segunda questão - o MIAP não lhe permite que o Senhor chame mentirosa à Senhora Presidente, e se o chama, terá que ter documentos para o chamar.-----

----- Terceira questão - custa-me imenso que o Senhor seja protagonista daquilo que se passou numa reunião que, à partida, deve ser uma reunião, enfim, fechada, como é a reunião do Conselho de Escolas de um qualquer Agrupamento de Escolas. Custa-me estas três questões são, das duas uma, ou Vossa Excelência tem alguém que lhe passa essas informações, ou tem informações privilegiadas sobre essas reuniões, o que nos deixa a nós, enquanto Deputados do MIAP, apreensivos quanto a essa situação. -----

----- Quanto à questão das areias na engrenagem, deixe-me Vossa Excelência dizer-lhe o seguinte. Já há bocadinho aqui o meu colega Dino Rasga, que por acaso, mas só por acaso, esteve quinze anos à frente da Escola Secundária comigo, o Senhor falou dessa situação ele falou do mesmo. Eu não tenho medo de levantar fantasmas. E deixe-me dizer-lhe o seguinte, a Escola Básica e Secundária de Anadia, que foi parada por este governo contra aquilo que estava, portanto, decidido quer pela Parque Escolar, quer pelo próprio governo anterior, foi



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parada e por isso hoje não está concluída, mas podia estar sabe? Porque aqueles que hoje tanto lutam, vão às televisões falar mal da escola, do nosso concelho, e de outras coisas ou que gerem a escola, há quatro anos atrás impediram que a escola começasse um ano antes, que teria sido o suficiente para que a escola efetivamente estivesse concluída antes do Senhor Passos Coelho ter tomado posse. -----

----- Portanto, não me venha falar de areias na engrenagem. Quem colocou areias na engrenagem são as mesmas pessoas que hoje querem a escola quando há quatro anos não a queriam, porque há quatro anos os seus filhos estavam na EB dois/três. Agora como estão na Secundária até se esquecem. -----

----- Eu dou aulas na EB dois/três com uma bacia numa sala de aula, onde chove como na rua, onde temos amianto por todo o lado e não se ouve o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Anadia falar da EB dois/três de Anadia, fala-se só da Secundária. Porquê? Porque os Senhores encarregados de educação têm os filhos na Secundária. A questão é essa. -----

----- Portanto, nós não queremos absolutamente nenhuma areias na engrenagem, nós queremos o problema resolvido. E até lhe digo mais. O Senhor Dr. José Manuel Ribeiro iniciou este processo connosco, ali naquele gabinete atrás, com o Secretário de Estado da Educação. Estou a falar mentira Senhor Dr.? Estou a falar mentira? Verdade ou não é? Pronto. Portanto, isto é uma coisa que nós iniciámos em mil novecentos e noventa e seis quando começámos, mas não fomos só nós. Em mil novecentos e oitenta e seis a escola foi inaugurada num dia que não chovia e no dia seguinte já chovia lá dentro. Se o Senhor quiser ter o cuidado de ver isso, a escola nunca foi entregue a nenhum conselho diretivo. Porquê? Porque ela não estava em condições. -----

----- Portanto isto é uma luta muito grande. Agora neste caso concreto da EB, da Escola Básica e Secundária de Anadia, nós demos aqui na Assembleia todos os passos necessários para que ela se efetivasse, cedemos o terreno, sob pena de dizer que houve aqui Deputados que levantaram grandes dúvidas sobre a cedência que estávamos a fazer. Se calhar tinham razão. Passados estes anos todos, a Senhora Presidente ainda não tem um documento do Estado a dizer que o terreno é assim ou deixa de ser. Agora a escola já podia estar construída, a escola já podia estar em funcionamento. Não está porque houve gente que não quis, que faltou a reuniões convocadas pela Direção Regional de Educação do Centro, estive em reuniões onde tudo aquilo que existia fazia diferença. -----

----- Eu quero que os Senhores saibam que eu tenho uma planta, que foi a primeira planta entregue pelo arquiteto aonde a escola tinha dois locais para dois conselhos executivos porque os Senhores Diretores da Escola EB dois/três não queriam uma escola para eles. E, portanto, é bom que isto fique público de uma vez por todas. As pessoas não podem ir para os jornais, para a televisão dizer o que lhes apetece, têm que ter consciência e sobretudo têm que ter memória que é uma coisa que eu acho que falta muito neste concelho, é memória, saber o que eu fiz ontem e saber o que vou fazer amanhã. -----

----- E, portanto, neste caso concreto, eu acho que na realidade há pessoas que têm que, eu



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diria até de outra maneira, como disse há dias a uns alunos meus que me interrogaram do secundário, eu teria vergonha da hipocrisia de algumas pessoas que hoje se põem à frente dos portões da escola para fecharem os portões, ou à frente das televisões, a dizerem que querem uma escola nova e há quatro anos faziam-nos a vida negra nas reuniões da Parque Escolar em Coimbra porque não queriam escola nenhuma, porque há quatro anos não tinham os filhos na Escola Secundária e se eu estou a mentir o Tribunal é ali em frente, ponham-me em Tribunal, se eu estou a mentir ponham-me em Tribunal porque a realidade é esta.-----

----- Agora o que vamos fazer no futuro, não sei. Eu só sei é que ainda ontem li uma estatística que nós somos o décimo país mais pobre da Europa. Não sei se temos dinheiro para acabar a Básica e Secundária de Anadia. Agora a verdade, a verdade é só uma, é que na realidade a Câmara Municipal tem feito tudo, todos os esforços para resolver o seu problema, que é um problema que infelizmente não é só dela, ou então, se calhar, um destes dias o Governo faz outra coisa, tenta passar para a Câmara o final da construção da obra. -----

----- Portanto, que fique bem claro esta situação. Nós não admitimos que a Senhora Presidente seja tratada como mentirosa, a não ser que os Senhores tenham provas concretas disso. E em relação à escola, quando os Senhores quiserem nós teremos todo o gosto, eu tenho todos os documentos, em mostrar-vos em que reuniões estivemos, em que reuniões não estivemos e quem são os verdadeiros culpados daquela escola ainda estar hoje em funcionamento. Senhor Presidente, peço desculpa.”-----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Henrique Fidalgo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que declarou:

----- “Ora, eu queria começar por dizer que eu não coloco em causa que o colega Dino Rasga e o Senhor Professor Luís Santos tenham conhecimento da atual realidade da escola. Aliás, as dores que eles sentem são as dores de muita gente, e melhor do que muita gente provavelmente falará da Escola Secundária, são duas pessoas intervenientes assim como haverá outras. -----

----- Sobre o teor da reunião do Conselho Geral, eu não tenho que lhe dizer porque é que eu sei o teor dessa reunião e as mensagens que foram transmitidas e a preocupação que foi transmitida à Associação de Pais. Posso-lhe dizer, sim, que estavam várias pessoas presentes nesta reunião com o Senhor Ministro da Educação e que as mensagens não foram tão claras, não foram essas em concreto as mensagens que a Senhora Presidente da Câmara transmitiu depois na reunião do Agrupamento de Escolas. -----

----- Ora muito bem, eu acho que todos sabem que os Deputados, mesmo os do PSD que estiveram presentes durante várias vezes na Escola Secundária de Anadia para recolher informações sobre o estado das situações, entregaram, eu tenho em posse os relatórios que foram entregues ao Senhor Ministro. Como é que uma pessoa que tem todos esses relatórios em posse não tem conhecimento da realidade da escola? -----

----- Relativamente à questão da responsabilidade do governo, eu digo-lhe que a Escola Secundária de Anadia foi sobredimensionada, e uma das questões que está por trás disto tudo é



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o seu sobredimensionamento pelo governo do Senhor Engenheiro Sócrates. Aliás, como fez com várias obras, um pouco por todo o país. E essa análise também está feita. Se a atual dimensão da Escola Secundária de Anadia está de acordo com as atuais reais realidades do nosso país, por isso, também estamos muito à vontade para o fazer. -----

----- Relativamente aos esforços que o PSD tem feito, cada um puxará a brasa à sua sardinha. Nós estamos perfeitamente tranquilos relativamente a isso porque temos feito, e muitos, e começou tudo, também o Senhor Professor Luís Santos saberá, por intervenções na Assembleia da República da parte da pessoa que você citou, na atualidade Deputado na Assembleia da República, o Senhor José Manuel Ribeiro. Muito obrigado.”-----

----- Também para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que disse: --

-----“Senhor Deputado, permita-me fazer-lhe uma pergunta. Permite-me fazer-lhe uma pergunta? O que é que o Senhor entende por sobredimensionamento? Está a mais? Então eu quero-lhe dizer uma coisa. Quando nós projetámos a Escola Básica e Secundária de Anadia, a Escola Básica e a Escola Secundária tinham setenta e duas turmas, foi dimensionada uma escola para setenta e cinco turmas. Onde é que há um sobredimensionamento? Eu sei, eu sei o que os privados fizeram neste concelho com medo que a grande escola que ia nascer lhe fosse roubar alunos, não é verdade? Nós tínhamos setenta e duas turmas nos anos em que a escola foi projetada. Portanto, projetou-se uma escola para mais três. Desculpe, não vejo o que é que isso tem de extraordinário. Eu não vejo, até porque quero que este assunto fique bem claro, porque eu já sei que amanhã a comunicação social vai pegar nele, se amanhã, por qualquer motivo houver necessidade, pela dimensão dos alunos, de fechar Vilarinho do Bairro, eles têm que vir para qualquer lado. Entende? E o Senhor, se calhar, se está bem informado, sabe tão bem como eu que as turmas em Vilarinho do Bairro já têm muito menos alunos do que aquilo deviam ter pela lei. Portanto, se, e eu espero que não enquanto for professor, se isso vier a acontecer então aquela escola já não chega para toda a gente.”-----

----- Seguidamente, e por forma a alternar as intervenções dos Grupos Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, que depois de cumprimentar os presentes naquela que era a sua primeira intervenção da sessão, passou a referir: -----

----- “Pedi a palavra para falar aqui ainda da situação da escola, para dar aqui apenas também uma informação e comentar a intervenção do colega Deputado Henrique Fidalgo. A informação é que na sequência da visita que houve à Escola Secundária de Anadia dos Deputados do Partido Socialista e do PCP, esta semana o Deputado do Partido Socialista, Filipe Neto Brandão, fez uma interpelação ao governo precisamente sobre esta questão da Escola Secundária. E, portanto, dizer que não é suficiente todos estes esforços que se têm feito, quer PS, quer PSD, quer aqui ao nível do Município, no sentido de criar esta pressão para se ultrapassar este impasse. -----

----- Mas, também, agora aproveitar para dizer que achamos um pouco desadequado, para não



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizer lamentável, este tipo de intervenções que o colega Deputado Henrique Fidalgo fez porque obviamente que este Ministro não está nada por dentro destes assuntos. Bem que se pode fazer chegar relatórios ao Senhor Ministro sobre o estado desta escola ou de outras. Este Ministro está apenas preocupado em despedir professores, em cortar na escola pública, em fechar escolas, em desinvestir no ensino superior, em desinvestir na investigação, isto é que é a preocupação deste Ministro. Este Ministro só tem este tipo de preocupações, tem uma máquina calculadora no bolso e tem a pressão todos os dias da *Troika*, do Governo, etc.-----

----- Portanto, acho que não há a mínima dúvida que o Ministro provavelmente estava muito descontextualizado e provavelmente estava muito impreparado na primeira reunião que esteve e quando o Grupo Municipal do PSD colocou essa questão ao gabinete do Ministro já terá sido posteriormente e, portanto, com certeza que o Ministro, com todo o seu *staff*, disse que sim que está por dentro de tudo. Há de estar por dentro de tudo e mais alguma coisa que se passa no país, só que vê-se o estado a que chegou o ensino público no país, a escola pública. -----

----- Portanto, acho que o importante aqui no município, é obvio que este governo PSD tem cometido muitos erros, é obvio que nos governos anteriores alguns erros também foram cometidos, o importante era que o município estivesse alinhado nesta luta da escola, mais importante que os deputados do PS e PCP que vieram cá, e do PSD que também já cá vieram, era importante que todas estas bancadas que aqui estão, e o Executivo e a Assembleia e os Deputados que estão na Assembleia da República, que estivéssemos todos alinhados nesta situação da escola e não estivéssemos aqui a falar de areias na engrenagem e de preocupações e de quem é que tem o protagonismo, quem é que disse o quê, quem é que está nesta associação ou neste agrupamento, porque isso é que acho que era importante. Muito obrigado.”-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, que formalizou a intervenção: -----

----- “Penso que passa, por ser a minha primeira intervenção na Assembleia e é com muito gosto que o faço. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anadia, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores do Executivo da Câmara, Senhores Deputados da Assembleia, público em geral e representantes da comunicação social. Eu ia dizer muito pouca coisa para além daquilo que já foi dito, nomeadamente, pelo colega Luís Santos, Dino Rasga, as pessoas, digo estes dois porque somos nós, eu com eles, que vivemos o dia-a-dia na escola. Mas, para além disso, eu também sou, digamos, elemento interveniente no Conselho Geral da Escola e estive na mesma Assembleia onde a Presidente da Câmara esteve e da qual foi, digamos, tecidos alguns comentários sobre isso. -----

----- Eu queria dizer muito rapidamente, também para não perdermos muito tempo, é que realmente eu fico muito espantado como é que é possível fazer declarações como as que hoje foram feitas aqui, porque elas não correspondem minimamente à verdade. Eu estive lá presente, e posso atestar isso. É evidente que as coisas que se dizem muitas vezes em reuniões



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

podem ser, digamos interpretadas, digamos ajuizadas, muitas vezes a belo proveito de quem as profere, ou de quem as ouve. Eu não me queria alongar muito nisso, mas principalmente dizer que realmente a postura da Presidente da Câmara na tal dita assembleia, Conselho Geral, não foi de maneira nenhuma contribuinte para a tal digamos areia na engrenagem. Obrigado.”-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado António Carvalho, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal com cedeu a palavra ao Senhor Deputado João Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que depois de cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu vou fazer uma pequena intervenção sobre o Tribunal. Por razões de profissão, é um tema que me dói muito. Logo que soube que estava em preparação a reorganização do mapa judiciário, o PSD em Anadia reuniu com mais de uma dezena de advogados anadienses a quem deu conta da situação. Subsequentemente o PSD de Anadia, em dois mil e doze, mais propriamente, março, elaborou um parecer do qual deu conhecimento à Senhora Ministra, à Delegação da Ordem dos Advogados e ao representante sindical dos funcionários judiciais que, segundo soube, o entregou ao Senhor Presidente do sindicato dos funcionários judiciais. -----

----- Nesse mesmo parecer, o PSD de Anadia defendeu, não só a manutenção das valências já existentes no tribunal de Anadia, mas inclusive o seu alargamento, haja em vista as suas excelentes condições e o facto de estar subaproveitado. O Tribunal só está a aproveitar cerca de quarenta por cento da sua capacidade. A nosso ver, a proposta de concentração em Anadia de múltiplas valências judiciárias, tornaria Anadia a capital judiciária da Bairrada. Infelizmente, tal proposta não acolheu o consentimento da Ministra da Justiça. Temos pena e lamentamos profundamente a atitude da Senhora Ministra. -----

----- Esta reforma é má para Anadia. O PSD de Anadia está, esteve, e sempre estará na linha da frente na defesa dos interesses dos intervenientes. Entre Anadia e o Terreiro do Paço, o PSD estará sempre ao lado dos anadienses. O PSD de Anadia não tem, não terá dúvidas. *Mal com el-rei por amor de Anadia, nunca bem com el-rei para mal de Anadia.* Pois neste caso, assim como em muitos outros, podemos falar como o anarquista espanhol “*hay gobierno, soy contra!*”-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Anabela Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a sua intervenção.-

----- “Muito boa tarde a todos, nas pessoas da Senhora Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Assembleia. A minha intervenção prende-se com a questão do PDM, ou seja, à primeira revisão ao plano diretor municipal. Dado tratar-se de uma questão que nos toca a todos, e muito, quer a nível familiar, porque muitos de nós não têm habitação no concelho de Anadia porque não tiveram essa possibilidade, porque não lhes foi permitido, outros não tiveram as suas empresas cá colocadas, ou cá implementadas, porque não tiveram essa oportunidade, não houve local para as colocar. Dado que a Senhora Presidente, na última assembleia, comunicou que no segundo semestre estaria mais ou menos previsto para o segundo semestre para a aprovação do PDM. A minha questão prende-se única e simplesmente com esta questão, com o facto de em que ponto estamos? Qual o ponto de situação neste



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

momento? E qual a data que se prevê para a sua entrada em vigor?”-----

----- Para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que referiu:-

----- “Só um breve comentário relativamente à exposição que o Dr. João Nogueira de Almeida, de facto, fez. E fico um bocadinho mais tranquila, porque se de facto eu peço audiências relativamente à tutela da justiça e não me é dada resposta, realmente acaba-se de confirmar que nem os Senhores, enquanto Deputados do PSD e, portanto, da mesma cor do governo, não conseguem efetivamente que a Senhora Ministra da Justiça possa ouvir as vossas propostas. Portanto, de facto, percebemos efetivamente que este governo está um bocadinho, não quero dizer que é surdo, mas mudo está pelo menos porque respostas concretas ele não dá. -----

----- À Senhora Deputada Anabela apenas lhe quero dizer que relativamente ao PDM mantenho aquilo que disse na última assembleia. É a nossa vontade, e estamos a trabalhar no sentido de que no próximo semestre, portanto no segundo semestre, o processo de revisão do PDM tenha algum desfecho. Mas isto também não depende de nós efetivamente, porque quando nós apresentamos propostas e as reuniões são sucessivamente adiadas, porque não se percebe afinal de contas quem é que vai fazer a reunião e quem é que representa quem, porque existe descoordenação entre as direções regionais, é um bocadinho complicado. Portanto, não dependendo de nós, como é óbvio, às vezes os prazos podem-se dilatar, mas aquilo que lhe quero reafirmar é que efetivamente o nosso esforço é grande, estamos presentes e portanto vamos trabalhar no sentido em que a proposta da revisão do PDM possa ter desfecho até ao final do ano.”-----

----- No seguimento da resposta da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para exercer o direito de resposta: -----

----- “Só muito rapidamente. Muito obrigado Senhor Presidente. Só muito rapidamente dizer que a Senhora Presidente tem inteiramente razão. Infelizmente, na questão de Anadia eu tenho que dizer que o governo está mudo. Infelizmente tenho que reconhecer isso e tenho que reconhecer que a Senhora Presidente tem razão. Infelizmente tenho que dizer que a Senhora Presidente tem razão, infelizmente o governo está mudo e eu não posso entre o governo e a população de Anadia escolher o governo. Nesta situação o governo tem-se portado muito mal, muito mal.”-----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que respondeu: -----

----- “Senhor Deputado. Só para lhe dar os parabéns porque efetivamente o Senhor afirmou que de facto Anadia está esquecida por parte do nosso governo. Portanto, os meus parabéns por ter reafirmado novamente a sua posição e frontalmente assumir que efetivamente este governo não dá as respostas que devia dar.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que, depois de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cumprimentar os presentes, disse: -----

----- “Eu vou mudar de tema radicalmente. Obviamente que esta questão do nosso Tribunal é uma questão que a todos causa preocupação e vamos deixá-la se calhar para discutir mais um bocadinho à frente. Eu ia perguntar à Presidente, Engenheira Teresa, dado o sucesso da iniciativa o ano passado “Vinhos e Sabores” eu gostava de saber o que é que está, ou como é que está a correr a organização do evento para o ano seguinte e quais são as perspetivas em termos de participação, quer da nossa indústria hoteleira, quer da nossa indústria vinícola de participação no evento? Que novidades é que há? E como é que está a correr? Muito obrigado.”-

----- Dando continuidade ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Veiga, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, que concretizou a intervenção:

----- “Nesta problemática do mapa judiciário eu só queria dizer duas ou três alíneas. Como sabem, sou funcionário deste Tribunal há cerca de trinta e seis anos e é uma pena vermos o Tribunal que já foi Tribunal de Círculo, agora passou a ser Tribunal de Grande Instância, eventualmente ser esvaziado deste conteúdo da grande instância. -----

----- O que eu queria aqui dizer é que isto, digamos, ainda não está o preto no branco. E queria aqui dizer, também, que da parte do Município de Águeda e da Ordem dos Advogados de Águeda, de uma conversa, de um diálogo que tive no Tribunal com o representante da Ordem dos Advogados de Águeda, eles também comungam com esta valência da Grande Instância não sair de Anadia. -----

----- Penso eu que seria de toda a conveniência fazer aquilo em Anadia, a união das forças políticas com a Ordem dos Advogados e a Câmara Municipal de Anadia reunirem-se, conforme eles vão fazer, conforme um documento que eu aqui tenho do dia seis de março de dois mil e catorze, para debater este tema e levar este tema a quem de direito. Nós, Anadia, Águeda, eventualmente Albergaria, eventualmente Sever do Vouga, eventualmente Oliveira do Bairro, todos juntos, porque é assim a problemática de Águeda e desta grande instância, eventualmente ir para Aveiro é uma problemática complicada porque Águeda prefere deslocar-se para Anadia do que deslocar-se de Águeda para Aveiro. Pegando neste tema, grande parte dos processos desta grande instância são oriundos de Águeda, por isso, acho que esta conjugação de esforços de todas as forças políticas do Município e da Ordem dos Advogados seria importante porque isto não está preto no branco. Obrigado.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que, depois de cumprimentar os presentes, disse: -----

----- “Esta tónica pesada que a reunião da Assembleia hoje trouxe, logo ao seu início, poderia ser evitada se Anadia, nos últimos três anos, se tivesse potenciado e afirmado num organismo supramunicipal, como é a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. Não o fez, distraiu-se, andou a preparar outros campeonatos, e deixou que o plano estratégico viesse para a rua com sete diretivas muito específicas, afinadas, noventa por cento das quais deixam Anadia um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pouco de fora. -----

----- Anadia, como é óbvio, não faz parte do triângulo estratégico Ílhavo/Aveiro, Oliveira do Bairro/Águeda, Estarreja/Ovar, fica aqui um bocadinho na periferia para sul e, portanto, não se afirmando, fica um bocadinho fechada em si própria e isolada nestas questões, como estamos a falar aqui hoje, Tribunal, Escola de Anadia e etc. Portanto é um conselho, Anadia deve procurar consensos além-fronteiras e afirmar-se. Não o tem feito. -----

----- Nestas sete diretivas, a Senhora Presidente sabe porque esteve reunida já a preparar o plano de ação deste plano estratégico do futuro Quadro de Apoio Comunitário que aí vem, não transmitiu nada disso na sua comunicação, e era interessante que o fizesse. Não o fez. Está em causa investimentos de cem milhões de euros, comparticipados em cerca de noventa milhões, é muito dinheiro que aí vem. Anadia fica de fora, não faz parte da POLIS Ria de Aveiro, não faz parte do grupo de ação costeira, não está perto do Parque de Ciência e Inovação, etc. Mas nesta altura pode, de facto, procurar consensos e tentar afirmar-se, ainda vai a tempo e é bom que o faça. Pedia-lhe que eventualmente como teve uma reunião no final de janeiro com a Universidade de Aveiro, que é parceiro estratégico da Comunidade Intermunicipal sobre esses assuntos, onde também foi auscultada sobre a Incubadora de Empresas da Região de Aveiro, seria interessante conhecer um pouco o que é que a Câmara disse nesse ponto, bem como a plataforma de apoio ao empreendedorismo e à inovação, dois segmentos interessantes, como são conhecidas as dificuldades que a Câmara tem tanto em dinamizar a incubadora de empresas que tem que é a WRC, como a Incubadora de Serviços de Proximidade que está aqui ao nosso lado. Portanto, seria interessante, no campo regional, ver como é que a Câmara vê estas questões. -----

----- Depois, Senhora Presidente, recuperar aqui um projeto interessante, também do executivo passado, que me parece interessante porque é um projeto que extravasa o contexto político e acho que teve uma marca importante e acho que devia ser recuperado, que foi o projeto dos Caminhos de Santiago. Certamente sabe do que é que se trata. Poderia, eventualmente, e pedia que me dissesse qualquer coisa sobre isto, se é um projeto que caiu, se não caiu, se está a ser tratado, porque outros municípios, como é o caso de Vouzela, em janeiro, também conseguiu juntar em torno dos municípios que confrontam com a A25 e formar aqui uma *task force* para potenciar este segmento e conseguiu mesmo, em protocolo assinado com o Turismo do Centro.-

----- Outro assunto que tem sido ventilado, não é de agora, é antigo, mas do qual não se conhece uma definição da Câmara, e era importante que se dissesse qualquer coisa sobre isto, se a Senhora Presidente da Câmara o entender, que é ventilado na imprensa dois assuntos, são importantes, são assuntos que envolvem a Câmara de Anadia, pessoas que neste momento fazem parte da Câmara de Anadia, que faziam no passado, tem a ver com o suposto apoio a um clube profissional de Aveiro, em que a Câmara, deixe-me, em que o Vereador Jorge Sampaio responde pela Câmara Municipal de Aveiro por este suposto, Anadia peço desculpa. Portanto, este era o assunto, corresponde a uma situação fechada, não se conhece o que a Câmara pensa sobre este assunto, não sei se entende dizer alguma coisa. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- E o outro assunto é um assunto que envolve o Vereador Litério Marques sobre o problema da poluição na Zona Industrial de Alféolas, em Arcos. Portanto, são assuntos que também são ventilados, portanto acho que não devem passar ao lado da posição desta Câmara e, portanto, gostaria de saber se a Senhora Presidente tem alguma coisa a dizer sobre isto. -----

----- Um fator importante também, que não é abordado nem na comunicação da Senhora Presidente, nem em nenhum ponto agendado, tem a ver com a recém-criada Comissão de Gestão Local do Velódromo. Acho que é um avanço importantíssimo na gestão desta infraestrutura, que é única a nível nacional, não percebo é por que é que não se dá ênfase e por que é que não se anuncia a ouvidos vistos este facto. Portanto, é uma estrutura que não tem igual, portanto a Câmara institui esta Comissão de Gestão e, bem, convidou a CIRA para fazer parte da direção desta comissão. E, portanto, aqui a ideia é já deu frutos? Já voltaram a reunir? Portanto se puderem dar alguma informaçãozinha agradecia. Depois estranho também que nesta altura...-----

----- Vou acelerar, estou a acabar, é só um minutinho. Senhora Presidente, concurso de ideias da vinha e do vinho, terminou em trinta e um de janeiro, penso eu. Creio que eventualmente nesta altura e na comunicação podia ter sido dada uma notinha sobre este processo, era interessante. Na assembleia passada valorizei aqui uma garrafa de espumante, esboçaram sorrisos sobre essa situação. Uns dias depois a Câmara de Aveiro, de Anadia peço desculpa, continua a valorizar Anadia como a capital do espumante. Portanto, tem este projeto em curso, não sei se terminou se não terminou, era importante saber neste momento se houve participantes, se houve candidaturas, em que ponto é que está e etc., etc., etc.-----

----- Depois, terminava só perguntando mais uma vez, porque já fiz esta pergunta última assembleia, e a Senhora Presidente levou-a para o campo financeiro e empresarial privado e é, quanto é que custa investir um euro no concelho de Anadia? Qual é o retorno disso? A Senhora Presidente disse que nem o que se faz na Câmara de Anadia dá lucro e não é isso que eu quero que a Senhora Presidente me responda. Eu quero que a Senhora Presidente me responda por cada euro que gasta no concelho de Anadia quanto é que recebe em troca? Tenho dito.”-----

----- Para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que declarou: -----

----- “Começo pelo Deputado Rafael Timóteo, que questionou relativamente ao encontro de sabores. Eu quero-lhe dizer que de facto os nossos produtores, os nossos hoteleiros, deram uma nota muito positiva daquilo que foi aquele grande evento que ocorreu em setembro do ano passado e, portanto, foi muito bem sucedida e, como tal, fizeram-nos esse desafio para repetir esse evento e nós neste momento estamos a trabalhar na possível organização de uma segunda edição deste encontro de sabores que, provavelmente, ocorrerá no mês de outubro. E estamos neste momento a trabalhar quer com a revista vinhos, quer com o Turismo de Portugal, na organização desse evento. Portanto será uma segunda edição deste encontro de sabores. -----

----- Senhor Deputado Manuel Veiga, que fez algumas afirmações e só queria contrariar um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bocadinho o que disse. É que, de facto, quando a grande instância de Anadia foi delineada, uma das primeiras reacções foi precisamente do Município de Águeda. Portanto, isto para dizer que efetivamente cada um tenta puxar a brasa à sua sardinha, portanto, neste momento, Águeda defende obviamente os serviços para Águeda, como Oliveira do Bairro defende os seus serviços para Oliveira do Bairro. E quero dizer que aqui, apesar de nós não estarmos bem, aquele que está mesmo completamente desprotegido é Sever do Vouga porque inclusivamente a nota é de encerramento. Portanto, isto congrega todos numa determinada união para um determinado fim é difícil, porque cada um tenta puxar o melhor para o seu município, e esta é que é a realidade. -----

----- Quanto ao Senhor Deputado Artur Salvador, confesso que às tantas fiquei um bocadinho baralhada. É que o Senhor começou a dizer que nós já estamos a fazer o plano estratégico. Bom, sendo assim, eu não sabia que os Senhores Deputados já faziam planos estratégicos. Eu pensava que era o Município de Anadia, o Município de Aveiro, o Município de Sever do Vouga, o Município de Albergaria, cada um estava a trabalhar para o plano estratégico. Não sabia que eram os Senhores Deputados, mas sendo assim, se calhar já terei menos trabalho porque o Senhor já terá todas as ideias e já as terá transmitido. -----

----- Da reunião que tivemos com a Universidade de Aveiro, claro, tivemos a reunião com a Universidade de Aveiro porque foi definido um documento, uma estratégia, e é sobre esse documento que se vão delinear as ações daquilo que é o próximo Quadro Comunitário, quais são os eixos que efetivamente possam servir os diversos Municípios e os projetos que possam servir os Municípios. Portanto, dizer que nos podíamos ter potenciado e afirmado na CIRA, bem, nós fazemos parte da CIRA, é evidente que estamos sempre no extremo e, portanto, na periferia, como o Senhor diz. Portanto, também não temos aqui o mar próximo e portanto há projetos que nos interessam a nós e há projetos que interessam aos outros Municípios que efetivamente têm as suas fronteiras com o mar. Portanto, são realidades completamente distintas. -----

----- Do projeto Caminhos de Santiago, foi um projeto que a Câmara de Anadia no fundo aderiu. Estarão dentro de dias a ser colocados os marcos nos respetivos sítios, conforme o projeto que foi aprovado, portanto, teve uma candidatura, foi aprovado e nada de novo acrescenta-se, se não o compromisso da marcação do caminho, porque o projeto foi feito e portanto a candidatura foi aprovada e cumprimos aquilo que era o objetivo deste projeto. -----

----- Aliás, agora já se começa a falar de outros caminhos, os Caminhos de Santiago o Município já aderiu e portanto tem concretizado, agora já se começa a falar num novo projeto que são os Caminhos de Fátima, ao qual o Município de Anadia também foi chamado, eventualmente para apresentar alguma ideia sobre esta proposta. -----

----- Sobre o que me questionou relativamente aos Senhores Vereadores em processos em que representaram o Município de Anadia, quer na CIRA, quer no que toca a um processo sobre a Zona Industrial do Salgueiro, portanto, a eles dirá respeito essa defesa porque, no fundo, não é o Município de Anadia que é o réu, mas eles terão, enquanto pessoas, e portanto neste caso falo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Vereador Jorge Sampaio e do Senhor Vereador Litério Marques, serão eles os Senhores Vereadores que estarão nesses processos, portanto nada mais tenho a acrescentar sobre esse assunto. -----

----- Relativamente ao Concurso Ideias da Vinha e do Vinho, sim senhor, terminou o processo. Nós somos parceiros desse projeto, estabelecemos um protocolo com o Instituto Politécnico de Coimbra. Foi um primeiro concurso bem sucedido, congratulamo-nos por isso, tivemos uma boa adesão. Estão quarenta e quatro projetos para serem analisados, está um júri delineado e, portanto, dentro de dias, e como compreendem quarenta e quatro projetos, não é assim tão simples de serem analisados. Mas penso que foi uma boa aposta. Não sabemos ainda qual o resultado de cada um deles, nem o que nos traz de novo, mas pode ser efetivamente uma iniciativa a repetir, quem sabe, não nesta temática, mas noutra. Portanto, também quero desde já dar os parabéns a todos aqueles que aceitaram este repto e apresentaram as suas propostas para este concurso. -----

----- Quando o Senhor Deputado me pergunta por cada euro que gasta em Anadia o que tem de retorno, digamos, o Senhor acabou de receber um convite para estar cá no dia nove de março para uma ação, gastamos quanto mais não seja o dinheiro no convite. Temos aqui uma ação, portanto, o retorno é o Senhor Deputado, por exemplo, estar aqui presente. São as pessoas efetivamente que nós gostamos que estejam presentes nas nossas ações, portanto, quando digo que há muitas ações que implicam investimento, mas que não existe receita, a receita são as pessoas.”-----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Veiga, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, que disse: -----

----- “Senhora Presidente, concordo com aquilo que disse. Cada um, claro que Águeda quer a grande instância para Águeda, assim como a quis e pediu e fez tudo para que fosse para Águeda naquela altura. Evidente que ela veio para Anadia, e muito bem, que veio para Anadia. O que eu quis dizer, e disse, da conversa informal que tive com o representante da Ordem dos Advogados de Águeda, que é o Dr. Joaquim Almeida, ele referiu ali no Tribunal de Anadia, que neste momento tende a aglutinar esforços em Águeda para que a grande instância não seja perda de Anadia.”-----

----- No seguimento, e também para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que declarou: -----

----- “Senhora Presidente, rapidamente, não procure bode expiatório nas palavras que eu digo. Podem não ser perfeitas, mas eu, por princípio, não sou uma pessoa isolada, trabalho em grupo e recebo muito retorno. Quando eu digo estamos, ou estivemos a preparar o plano estratégico, estamos todos, está o PSD, está Anadia, está a Região de Aveiro, está a Região de Aveiro com a Universidade e todos os que complementam esta ideia. Portanto, queria esclarecer essa situação. Portanto, não é o PSD que tem aqui um tratamento privilegiado, neste caso Anadia



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

somos todos, todos. -----

----- Depois, fico agradado que venha informar neste momento essas informações que prestou sobre o Concurso de Ideias, os Caminhos de Santiago, etc. Não lhe pedia mais na comunicação escrita, bastava isso, não é preciso, mesmo nos casos que envolve os Senhores Vereadores, uma informação singela, são informações que à Câmara não dizem respeito, dizem respeito às pessoas. Ponto final. -----

----- Depois um euro, o retorno. Mais uma vez, isto são informações que a Senhora Presidente disponibiliza, por cada euro que gasta recebe dois euros e dezanove se estivermos a avaliar a despesa e a receita corrente, ponto final. Se for receita orçamentada, a Senhora Presidente por cada euro que gasta recebe três euros e setenta e dois, ponto final. É só isso. Porque podemos fazer várias contas. O que eu quero dizer com isto é que a Senhora Presidente, entre aquilo que investe no concelho, custo direto, e recebe, eventualmente tem aqui uma folgazinha para poder pensar também nas pessoas, em conceder benefícios, a pensar nas empresas, etc.-----

----- Era a esta conclusão que eu queria chegar em consenso com a Senhora Presidente, não era que me respondesse que a Câmara gasta dinheiro a colocar-me aqui nesta sala para um evento. Também pode gastar dinheiro, por exemplo, para pagar aquilo que eu aqui estou a fazer, que é a defender os interesses de Anadia. É para isso que me pagam. E se me pagam, eu gosto de tentar, pelo menos, desempenhar bem as minhas funções. Muito obrigado. -----

----- Não respondi às questões? Se foram mal interpretadas, eu estou a informar a mesa que respondi às questões que foram mal percebidas, portanto, tive que as explicar.”-----

----- Para outra intervenção no período de discussão do ponto três do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que declarou: -----

-----“O Senhor Deputado, como conhece tanta coisa e sabe tanto, também deve conhecer o regimento. E o regimento não lhe dá o direito de fazer qualquer tipo de explicação quando pede o direito de resposta. O Senhor quando pede o direito de resposta, pede um direito para sustentar uma resposta que não lhe foi dada. Não foi isso que o Senhor fez, portanto, o Senhor não usou o regimento. Esta é a nossa convicção. O Senhor pode ter outra opinião, tem todo o direito a ela.”-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Senhor Deputado, agradecia que não entrassem em diálogo e que usassem da palavra quando, eu pedia o favor. Senhor Deputado Artur Salvador. Eu agradecia que o Senhor usasse da palavra quando a mesa lha concedesse. E acho que isto, se não, não temos ordem. Eu peço desculpa, o Senhor teria com certeza direito de responder se o pedisse posteriormente. Não tem o direito de usar a palavra sem que a Mesa lhe conceda a palavra. É isso que eu peço e peço a todos, isto é digamos que é uma chamada de atenção para todos, estamos aqui para todos trabalharmos em prol do mesmo fim e claramente que temos que ter aqui alguma ordem. E cabe à Mesa um pouco também este papel de nos organizarmos nos trabalhos. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concretizou a seguinte intervenção: -----

----- “Duas coisas muito simples. Primeiro, queria louvar a atitude da Senhora Presidente por ter dado sequência a algumas questões levantadas aqui na última assembleia e uma delas, que me chocava um bocado, tinha a ver com aqueles contentores enterrados ali na Praça Visconde Seabra. Efetivamente, a partir dessa altura aquilo apresenta outra qualidade, outro nível de conservação e de manutenção. Portanto, só tenho de agradecer o facto de a Câmara efetivamente ouvir o que se diz aqui na assembleia. Aliás outra coisa não esperava de si, como deve entender. -----

----- Agora, queria levantar mais uma questão. Desde que ruiu aquele prédio aqui na Rua Feliciano Castilho, nada mais foi feito. Ainda há lá alguns restos que apresentam algum perigo para a via pública. Por outro lado, com a reposição da rede, a rua continua bastante escura. Há ali uma casa um bocado duvidosa e de vez em quando há ali umas cenas um bocado esquisitas e se calhar convinha, para afastar, se calhar era bom que se aumentasse a luminosidade da rua para evitar ali problemas mais complexos. E a insegurança que aquilo causa porque aquilo tem uma, para não dizer um nome feio, tem uma frequência não muito desejável para as pessoas que normalmente andam na rua. Muito obrigado.”-----

----- Para dar resposta às questões apresentadas pelos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que referiu: -----

-----“Relativamente ao Senhor Deputado Sidónio Simões, é evidente que vamos fazendo um esforço grande no sentido de manter as melhores condições de higiene e limpeza junto dos nossos contentores e, portanto, na vila e nas restantes freguesias do nosso concelho, da nossa cidade. O que referiu relativamente à construção ou restos de demolição que foi feita ali na rua Feliciano Castilho, a demolição não foi feita por nós, foi feita por um particular e portanto ele tem neste momento, aliás já tinha à data, o processo metido nas obras particulares. E, portanto, cabe-lhe a ele dar andamento ao processo e resolver o que bem entende, se vai avançar ou não, pese embora ele já tenha sido abordado no sentido de dar continuidade a todo o processo de forma a dar outra dignidade aquele espaço. -----

----- Quanto à iluminação, de facto, já melhorou. Pode ser que depois, com a substituição das lâmpadas de sódio para mercúrio, também melhore um bocadinho a luminosidade, não sei se é melhor ou não, porque se mostrar melhor o caminho pode ser outro inconveniente, mas esperemos que não.”-----

----- Sem qualquer outro pedido sinalizado para intervir no ponto três do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário da proposta que tinha sido entregue à Mesa, com a redação que passou a ler e que se tenta reproduzir na íntegra: -----

----- “ «Sessão ordinária do mês de fevereiro, reunião de vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze. Período da agenda antes da ordem do dia. Luís António Sousa Santos e António Alves



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em nome dos grupos municipais do MIAP e do PS, Deputados da Assembleia Municipal de Anadia, faz a seguinte proposta nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia. Pelo exposto propõe-se que: um – se informe o Ministério da Justiça da oposição da Câmara Municipal de Anadia face à proposta que consta do “Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária”, condenando o desconhecimento das estruturas judiciais locais existentes, bem como os dados e os valores de ponderação utilizados para justificar a reforma apresentada; dois – se exija a manutenção do modelo atual de mapa judiciário no que concerne à Comarca do Baixo Vouga; três – que, a persistir a intenção de reorganização do Mapa Judiciário, se exija a reformulação da referida proposta, no sentido de garantir um reforço da cobertura judicial de toda a zona sul do distrito de Aveiro que, como se constata pela análise do mapa que integra o referido “Ensaio”, se encontra esbatida. Tal reforço passaria por: - manter em funcionamento o Juízo de Grande Instância Cível no Tribunal de Anadia; - instalar no Tribunal de Anadia uma secção de competências especializada, como por exemplo a terceira secção de Família e Menores, atualmente a funcionar no Tribunal de Oliveira do Bairro, e que, a manter-se neste Tribunal, obrigará a mais um investimento na construção de um novo edifício, apesar de distar apenas cerca de dez quilómetros do Tribunal de Anadia; - criar uma Secção de Execução, ou uma Secção de Comércio, dado o estrangulamento que, nestas áreas, se verifica nos Tribunais de Águeda e de Aveiro, respetivamente.»-----

----- Lida a proposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a referir o que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- “Ora bom, nos termos do artigo 47.º do regimento, dado que se trata de uma deliberação, eu iria propor a sua votação ou se iríamos votar a admissão da deliberação para votação. Tenho em meu poder um requerimento, subscrito pelo representante do Grupo Municipal do PSD, para interrupção dos trabalhos, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia. Ora bom, dado que se trata de um assunto importante, e acho que para haver pronúncia, eu iria pedir aos serviços de apoio da Câmara Municipal à Assembleia que fizessem uma cópia do documento e que o distribuíssem pelos respetivos Grupos Municipais e interromperíamos os trabalhos durante quinze minutos, retomá-los-íamos às dezassete horas e cinco minutos para prosseguir com o ponto antes da ordem do dia. Muito obrigado. Dezassete horas e cinco minutos retomaremos os trabalhos.”-----

----- Cumprida a interrupção, e retomados trabalhos pelas dezassete horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer que os Grupos Municipais do MIAP e do PS tinham retirado a proposta que tinha sido lida antes da interrupção dos trabalhos, e apresentaram uma proposta reformulada, a qual iria ser lida e apresentada pelo Senhor Deputado Luís Santos, a quem, de imediato, concedeu a palavra para proceder à leitura da proposta reformulada. -----

----- Em posse da palavra, o Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, concretizou a sua intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu queria referenciar que efetivamente a proposta



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

inicial foi retirada, há uma nova proposta que é subscrita por todos os Grupos Municipais e que passa a ter a seguinte redação: «Propõe-se que: um – se informe o Ministério da Justiça da oposição da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Anadia face à proposta que consta no “*Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária*”, condenando o desconhecimento das estruturas judiciais locais existentes, bem como os dados e valores de ponderação utilizados para justificar a reforma apresentada; dois – se exija a manutenção do modelo atual do mapa judiciário no que concerne à Comarca do Baixo Vouga; três – que, a persistir a intenção de reorganização do Mapa Judiciário, se exija a reformulação da referida proposta, no sentido de garantir um reforço da cobertura judicial de toda a zona sul do distrito de Aveiro, que, como se constata pela análise do mapa que integra o referido “*Ensaio*”, se encontra esbatida; tal esforço passaria por: - manter em funcionamento o Juízo de Grande Instância Cível no Tribunal de Anadia; - instalar, no Tribunal de Anadia, uma secção de competências especializada, como por exemplo a terceira secção de Família e Menores, atualmente a funcionar no Tribunal de Oliveira do Bairro, e que, a manter-se nesse tribunal, obrigará a mais um investimento na construção de um novo edifício, apesar de distar apenas dez quilómetros do Tribunal de Anadia; e criar uma Secção de Execução e uma Secção de Comércio, dado o estrangulamento que nestas áreas se verifica nos Tribunais de Águeda e de Aveiro, respetivamente.» Como eu disse inicialmente, esta proposta está subscrita pelos líderes dos quatro Grupos Municipais.”-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que no cumprimento do artigo quadragésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, iria submeter à votação dos Senhores Deputados ou não, da proposta apresentada, dado que estávamos no período de antes da ordem do dia.-----

----- Submetida à votação dos Senhores Deputados a votação, ou não, da proposta apresentada, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que da mesma resultou a decisão de a proposta apresentada em nome de todos os Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Anadia ser submetida a votação. Votada a proposta apresentada em nome de todos os Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Anadia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e um votos a favor.-----

----- Prontamente, e para fazer uma declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, declaração que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- “O Grupo Municipal do PSD congratula-se pela primeira, portanto, pelo primeiro consenso numa proposta desta natureza do interesse de Anadia aprovada aqui na Assembleia Municipal. Obrigado.”-----

----- Sem qualquer outro pedido sinalizado para intervir no ponto três do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu aquele período por encerrado. -

----- Prontamente, deu início ao período da ordem do dia, nomeadamente ao seu ponto um,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

"Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA". Para introduzir o assunto, passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que disse: -----

----- "Bom, relativamente a este ponto, estão expostas e indicadas as ações mais relevantes. Portanto, dentro dos trabalhos que foram desenvolvendo, das ações que foram também implementadas, e portanto entre o período que decorreu entre a última assembleia, que foi em dezembro, e o mês de fevereiro, junto a esta informação remetem-se também alguns documentos relativamente à situação financeira do Município e aos processos judiciais pendentes, pelo que, caso haja alguma dúvida, estarei aqui para esclarecer, se assim o entenderem."-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Graciete Crasto, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que referiu: -----

----- "Já aqui foi falado o problema do *Domus* Café e do parque de estacionamento. Em relação ao parque de estacionamento, estou satisfeita, porque realmente começaram as obras para as escadas de acesso. No entanto, em relação ao *Domus* Café, na última informação que a Senhora Presidente me deu na última assembleia, deu-nos a informação que em relação ao *Domus* Café teriam que ser alterados os estatutos da entidade que iria fazer a exploração do mesmo. Eu gostaria de saber se realmente esses estatutos já foram alterados, porque também havia obras a fazer no café, passou o inverno não foi feita, não houve obras no interior do mesmo, que penso que poderiam ter sido feitas. -----

----- Pelo que consta, o referido café deveria ter nos wc's preparação para deficientes, portanto é uma anomalia que o café tem e não se verificou nada e até agora o café não funciona. Estamos-nos a aproximar do verão, que se podia aproveitar para lazer, e falou-se aqui tão bem no retorno do euro, aqui neste caso não há nem retorno de euro nem de lazer para os munícipes de Anadia. E eu gostava de saber realmente se aquilo é para avançar, se é para realmente explorar, se é para ficar ali apenas o edifício parado, para todos verem que está ali um edifício lindíssimo, mas aproveitamento não há. Bonito, está muito bonito, sim senhora, eu gosto imenso do edifício, mas utilidade até agora não vejo nenhuma e eu gostava de saber realmente se isto é para avançar se é para ficar ali parado."-----

----- Para responder à intervenção feita pela Senhora Deputada Graciete Crasto, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que declarou: -----

----- "Relativamente à questão que colocou do *Domus* Café, efetivamente há uma alteração dos estatutos que tem que ser feita. Houve algum ajustamento efetivamente aos mesmos, houve uma assembleia geral já com a entidade que no fundo ficaria a fazer a gestão do café. Dessa assembleia ainda não ficou o problema dos estatutos resolvido e aprovado, portanto seguirá com este assunto para melhor reflexão para uma próxima assembleia que ocorrerá ainda, e já está marcada, em meados do mês de março. Portanto, concluído este processo, obviamente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estará a associação em condições de celebrar o contrato. -----

----- Relativamente às grandes obras que se proponham fazer, não há grandes obras a fazer. Efetivamente já foi reconhecido, porque ninguém vai deitar as condições, ou aquilo que existe vamos deitar abaixo e vamos fazer de novo, porque aquilo que foi presente a concurso foi aquela instalação efetivamente e, portanto, a associação, ou o explorador, tem que se ajustar às condições que existem no local. Portanto, haverá sim, em termos de decoração e em termos de outra logística, necessidade de adequar, mas que estão a trabalhar nesse sentido. Mas obviamente que antes de todo o processo burocrático estar terminado, não darão início, ou não colocarão o café em funcionamento. Portanto, está tudo programado e esperamos obviamente que dentro de pouco tempo se possa concretizar esta situação. -----

----- Relativamente ao retorno do euro ou do lazer. Bom, quer dizer, temos que reconhecer que nós também gostaríamos que efetivamente aquela instalação já estivesse ocupada, mas também não estamos a fazer concorrência a ninguém. O edifício é municipal, portanto, esperamos obviamente que haja afluência efetivamente das pessoas porque o interesse que desperta, ou a curiosidade que desperta na abertura daquele estabelecimento, obviamente deixa-nos algo também satisfeitos, porque sentimos que é uma necessidade para as pessoas e esperamos que na hora certa haja resposta das pessoas àquele estabelecimento e, portanto, que tenha um bom funcionamento. -----

----- Porque quero dizer que a proposta, para além de ser um mero café, dentro do programa e do projeto que está proposto, complementa-se com um outro tipo de projeto que também tem a ver com um projeto cultural que foi delineado e que foi proposto no âmbito dessa proposta e que também teve o seu peso na avaliação e na escolha do candidato. Portanto, estamos aqui a fazer os esforços para que dentro de pouco tempo, também até agora está inverno portanto também não incomoda muito, mas esperamos que dentro de pouco tempo vamos iniciar a atividade daquele estabelecimento e nós próprios também já estamos a trabalhar no sentido de dar outra dinâmica e outra vida àquele espaço, da praça da juventude, que possa obviamente ter algum convívio e outra dinamização que venha atrair mais gente a este local.”-----

----- No seguimento da resposta concedida pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a sua intervenção, dizendo: -----

----- “Senhora Presidente, permita-me dar continuidade ao investimento do euro que faz na minha pessoa e no trabalho que tento desenvolver em prol do município para lhe falar deste documento. Com alguma pena vejo que não aceitou o desafio de ser um pouquinho mais exaustiva na descrição das atividades que o município faz. Já seria tempo de dizer mais qualquer coisinha, mas a Senhora Presidente entende que não é se calhar o documento adequado, e eu entendo isso, não será certamente por gastar mais folhas e tinta a imprimir mais três ou quatro folhas, porque se fosse esse o problema, eu podia-lhe dizer que, por exemplo, podia ir buscar esse gasto às deliberações que seguem nos pontos seguintes, que têm informação em duplicado, que eventualmente podiam fazer essa economia. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Já agora, para informar que eventualmente podia haver essa alteração, portanto, a deliberação que vem na Câmara para os pontos que se seguem, transcreve a informação técnica dos técnicos que a fazem e, portanto, se calhar é duplicar informação e também nos causa duplamente interesse em ter que os ler. Portanto, se calhar a deliberação pode fazer a menção de que conforme informação técnica dos serviços e então anexa a informação técnica e não transcreve. Fica esta ideia. -----

----- Relativamente ao documento, tenta de facto espelhar a atividade que a Câmara faz, embora se não vier com uma legenda, não se percebe muito bem determinadas coisas que aqui se escrevem. Dar uma notinha para a reparação/remodelação da rede de distribuição de águas que é feita em Sangalhos. Nesta descrição do trabalho do departamento de Divisão de Águas, foca aqui três pontos sobre Sangalhos, se calhar, consequência daquela pressa de fazer obras no período eleitoral, fez-se a coisa um bocado à pressa e depois a rede continua ainda hoje a rebentar e a precisar de atenção. Em Sangalhos, principalmente, porque foca especificamente Sangalhos. -----

----- Depois, indo um pouquinho desta informação que a Senhora Presidente nos tenta transmitir, como não é perceptível, se calhar algum cuidado quando se escreve um parágrafo somente com duas linhas. Quer dizer, se se informa, acho que se deve informar bem, se não é para informar bem, a Senhora Presidente pode dizer aos serviços assim, cultura abrimos todos os dias às nove e fechamos às dezoito horas e fazemos aquilo que nos compete. E nós, impecável, sabemos pelo menos que estão vivos e que os edifícios são utilizados. Porque, por exemplo, veja esta situação, cultura – participação do Município em grupo de trabalho da CIRA com vista a desenvolver programação cultural em rede. Quantas reuniões fez? Participa num grupo, participa em reuniões desse grupo de trabalho? Que projetos é que são apresentados aqui? Podia-se dizer mais qualquer coisinha, portanto diz só pela rama, participa-se num grupo de trabalho e fica assim em vazio. -----

----- Preparação de atividades a desenvolver no âmbito do projeto cultural do Município “Sentir Anadia”. Que atividades? Agora já sei porque há dois dias a Senhora Presidente publicou um texto no jornal onde explicou o que é que se pretende com este projeto, mas a informação já fala nisto podia ser publicado pelo menos traços gerais nesta publicação. -----

----- Biblioteca – atividades diversas. Quando se diz o que são atividades diversas? Lá está, não diz quais, podia dizer, não todas, não querendo ser exaustivo, podia ser, podia dar pelo menos uma notinha, duas, três, ou a mais importante neste período, também para nós percebermos um pouquinho o que é que se vai passando. Se bem que tem feito um esforço, e isso também reconheço, de eventualmente o seu plano de comunicação digital do município ter vindo, no fundo, a colmatar esta situação, mas este documento é também uma síntese do que se vai fazendo no município, acho que teria interesse ser aqui um bocadinho mais exaustivo. -----

----- Ação social – coordenação do Banco Local de Voluntariado de Anadia. Este é um projeto desta Câmara, já era da anterior. Quando se fala nisto, eventualmente seria importante, por exemplo, dizer mais qualquer coisinha, porque nós sabemos, e isso também é público, que a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cada reunião de Câmara cada vez há mais candidaturas a este fundo em avaliação etc., etc. E, portanto, interessa-nos, por exemplo, um retrato deste trabalho que vai sendo feito. A Senhora Presidente entende que não é necessário dizer mais nada sobre isto, pronto, nós continuamos a dizer que poderia dizer mais qualquer coisinha sobre isto. -----

----- Atividades desportivas, Senhora Presidente. Neste período ocorreram inúmeras atividades desportivas, organizadas ou com apoio da autarquia, e depois faz aqui um exaustivo descritivo de várias atividades. Quando se diz que é organizada, ou em parceria com alguém, podia, uma vez que faz essa distinção no início do parágrafo, podia agarrar neste elencar e dizer quais é que são da competência da Câmara, qual é que é feita em parceria. Acho que podia dizer isso. E depois, como fala aqui em determinado tipo de eventos que aconteceram em determinada data, não fala noutros e obriga-me a perguntar sobre isto. -----

----- Pista de BMX de Sangalhos. A obra está parada. A Senhora Presidente sabe isso. No entanto, no fim-de-semana de catorze a dezasseis de fevereiro houve uma prova de ciclismo no concelho de Anadia. Impecável, a Senhora Presidente fala nisso nesta informação, mas não fala num estágio de BMX *race* que houve em Sangalhos. Pelo menos a Federação Portuguesa de Ciclismo entende que sim. Houve ou não este estágio? Eu leva-me a crer que sim porque a Senhora Presidente mandou tirar os taipais da pista de BMX e alindar o terreno à volta, portanto, dá-me a entender que este primeiro estágio foi feito no Velódromo e para dar uma perspetiva da pista mandou limpar, e bem. -----

----- Está programado novo estágio para abril, segundo o plano, vai acontecer nos mesmos moldes ou eventualmente espera-se que a pista de BMX já esteja pronta? E se não for em abril, se em julho está programada uma etapa do campeonato nacional de BMX, se já estará pronta para receber essa etapa? Portanto a Federação Portuguesa de Ciclismo continua a acreditar que sim. -----

----- Falando em Federação Portuguesa de Ciclismo, permita-me também focar aqui um aspeto que a mesma Federação continua a defender. Já foi defendido, aqui em Anadia, que é a pista de BTT de XCO. Ela já foi falada nos anos idos dois mil e dez, dois mil e onze, creio que ali para o parque desportivo, chegou a ter lá um tracejado, não se fala nisto, mas a Federação fala e, portanto, interessa saber se este é um projeto que está a ser contextualizado? Vai ser implementado e terminado? Como é que fica esta situação? E era tudo. Obrigado.”-----

----- Para responder ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que afirmou: -----

----- “Senhor Deputado Artur Salvador, eu na sua intervenção anterior, no outro ponto, quase que me levou a pensar que era um grande desafio contratar o Senhor Deputado porque realmente o Senhor parecia que estava por dentro de todas as situações e isso seria uma mais-valia para este Município. -----

----- Mas, na verdade, agora nesta intervenção, eu tenho efetivamente que ficar na dúvida porque o Senhor confunde pura e simplesmente uma série de questões. O Senhor fala que em



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sangalhos, fala várias vezes em água. Bom, pois fala, porque em Sangalhos há diversas obras e o Senhor confunde rede de águas pluviais com rede de abastecimento de água com rede de águas residuais. -----

----- Depois, o Senhor confunde o Banco Local de Voluntariado e aquilo que é o trabalho do Banco Local de Voluntariado com as candidaturas do Fundo Social. Portanto, não tem nada a ver uma coisa com a outra. -----

----- Depois, o Senhor diz projeto cultural em rede o que é que se faz? Bom, de tanta coisa que o Senhor sabia que já se estava a praticar na CIRA, podia também já estar devidamente informado. Pronto, mas relativamente a outros eventos o Senhor pode sempre aceder ao nosso *site* da Câmara Municipal de Anadia que nós vamos tendo cada vez mais presença e portanto estamos cada vez mais atentos no sentido de fazermos a divulgação das nossas ações. -----

----- Ao contrário, na parte desportiva, o Senhor, pelos vistos, achou que era muito extensa a lista e já quer saber se é parceria, se não é. Todas estas atividades obviamente que ocorreram nas nossas instalações, nomeadamente o Velódromo Nacional, são iniciativas das quais nós até somos parceiros porque a instalação até é nossa e, portanto, nós damos a colaboração em termos logísticos que é possível dar. Portanto, não tenho muito mais a dizer porque o Senhor levantou aí outras questões, mas como não fazem parte desta informação, recuso-me a responder.”-----

----- No seguimento da intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que usando do direito de resposta, declarou: -----

----- “Senhora Presidente, bem sei que me expresso mal e que a Senhora Presidente não gosta de me ouvir, mas eu se fosse uma pessoa totalmente informada, como a Senhora Presidente quer fazer passar, eu não lhe fazia as perguntas. O que eu sei ou é pela comunicação social ou são interpretações que faço, ninguém me diz, nem tenho nenhum contacto privilegiado, portanto pergunto. -----

----- Banco de voluntariado, eu fui explícito. Banco de voluntariado quantas candidaturas? Há interesse? Não há interesse? E depois desloquei para o Fundo Social. -----

----- Também, cada vez se fala mais nisso, a pedir informação por aqui. As águas, é assim, fala três vezes em Sangalhos nas águas remodelação de ruturas, águas pluviais. Não há nenhuma confusão, são três pontos que estão aqui, foquei-os. Portanto, só coloquei porque fala três vezes em Sangalhos. Nessas obras não fala nas outras freguesias e o que eu disse foi, se calhar, ou é um azar substancial Sangalhos ter estas obras, ou houve atraso ou então. -----

----- Desporto. Obviamente se estão aqui, e a Câmara de Anadia fala nelas são todas em parceria com a Câmara, então não precisa de dizer no primeiro parágrafo umas organizadas outras em parceria. É só isto. Obrigado.”-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que declarou: -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- "Queria intervir no sentido de dar também algum seguimento às questões que já foram aqui colocadas. Efetivamente, perdoe-me a expressão Senhora Presidente, há alguma falta de rigor efetivamente na forma como as questões são colocadas, porque se viessem efetivamente com a resposta que a Senhora Presidente acabou de dar aqui ao colega Artur Salvador, se há intervenções nas redes pluviais ou nas redes de abastecimento, então, nós já sabíamos que eram intervenções completamente diferentes. Portanto é uma questão dessas. Depois, algumas estão outras não. Enfim, mas pronto, efetivamente há aqui uma questão de forma, do meu ponto de vista, que é, há atividades desta divisão que têm muito bem vincadas a localidade e a freguesia e há outras que não, uma questão de forma. Não estou a criticar, estou só a dizer que é uma questão de forma, de qualidade da informação.-----

----- Depois, na comunicação vamos consultar ao *site* da Câmara de Anadia. Eu sou das pessoas que consulto o *site* da Câmara de Anadia, há muitos anos, e congratulo-me pela atualização dos dados que estão na Câmara municipal de Anadia, nomeadamente os dados estatísticos referentes por exemplo à população residente, às freguesias do concelho de Anadia, ainda são quinze, os dados dos censos são de dois mil e um. Não sei, se calhar, também deve haver algum rigor, já que temos que procurar esses eventos também no *site*, também devia haver algum rigor e qualidade na informação que é produzida por parte do Município de Anadia. -----

----- E para falar nestes eventos, por exemplo, o diagnóstico da rede social está lá o relatório de dois mil e nove, mais recente se calhar não houve. -----

----- Na questão da educação, há aqui uma questão que me parece pertinente e que valoriza muito o Município de Anadia além-fronteiras no nosso país, o além-fronteiras é cá dentro lá para fora cá dentro, que é o programa eco escolas. Efetivamente, é um programa com a chancela da bandeira azul da ABAE, Associação da Bandeira Azul da Europa, é um projeto amplo, integrante, global, que engloba pais, municípios, escolas, professores, e neste relatório não há nenhuma indicação sobre isto. Eu reconheço que efetivamente é um processo moroso, mas se calhar convém começar porque efetivamente há todos os anos um congresso e os municípios que fazem parte deste programa participam, trocam impressões, trocam, são vantagens sempre de estarmos aqui. -----

----- Relativamente aos processos judiciais, como cidadão, fico preocupado. Como membro da Assembleia, nem sei o que dizer. Nós temos aqui dezanove processos judiciais. Destes dezanove processos judiciais, nove respeitam a violação do PDM, em todos eles o réu é o Município de Anadia. Presumo eu, quem cria o PDM é portanto uma base legal, o sessenta e nove noventa, que é da competência dos municípios este tipo de documentos. Ora como é que o próprio município pode ter ações de um documento que é da sua própria responsabilidade?"--

----- Terminada a última intervenção o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que em resposta à intervenção do Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, referiu: -----

----- "Relativamente ao *site* da Câmara, quero só informar que tenho que lhe dar razão nalguma desatualização nesses dados que estão ainda no nosso *site* porque entretanto estamos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

debruçados sobre um novo *layout*, um novo *site* que brevemente sairá a público. E, portanto, nesse novo *site*, digamos, estará já toda essa informação já mais atualizada. -----

----- Relativamente ao programa eco escolas, nós já no anterior executivo, penso que até no último ano, nós já aderimos numa iniciativa e, portanto não totalmente, até porque foi mesmo já na fase final do ano letivo, e estamos já também a trabalhar juntamente com este programa não de forma tão intensa, mas a tentar integrar-nos efetivamente para nos envolvermos nesta iniciativa. -----

----- Relativamente aos processos judiciais, o Senhor contabilizou nove, ou não sei, serão nove ou não, que também não estive a contar, mas obviamente que o Senhor diz a maior parte o réu é o Município e tem a ver com a violação do PDM. Esta designação violação do PDM, que é aquele título que é dado, no fundo, por quem levanta a ação, nomeadamente, da própria Quercus, agora falta é provar efetivamente se houve ou não houve violação do PDM e por isso também está para ser apreciado no tribunal.” -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, que disse: -----

----- “Eu apenas queria lembrar aqui a Senhora Presidente, porque que eu vejo aqui reparação de passeios em diversos locais, era para lembrar que quando houver uma intervenção, ou quando haja uma intervenção da conduta de águas em Avelãs de Caminho, principalmente nos passeios, que eles fossem repostos como estavam, porque existe lá umas poucas de ruturas, houve umas poucas de ruturas e os passeios ficaram por ser reparados. Estão assim já há algum tempo, principalmente durante o ano todo, não sei se foi por causa do período eleitoral que eles não os repuseram, mas era bom que a Câmara mandasse lá uma equipa para os repor.

----- E já agora, Senhora Presidente, quando tivemos aquela reuniãozinha no dia dezassete, e que eu agradeço foi muito sensível com Avelãs de Caminho, era para lembrar também nas represas que já que a Câmara estragou as represas, logo que haja um projetozinho para enquadrar as represas em algum subsídio, era bom que elas fossem reparadas porque faz imensa falta em Avelãs de Caminho. É uma zona baixa e a água ali é muito corrosiva, vamos dizer assim, as margens estão todas danificadas e era bom que as represas fossem verificadas. Já colocámos essa situação à Senhora Presidente, mais uma vez foi muito recetiva e logo que se puder agradecia que elas fossem incluídas em algum projeto, se fosse possível. Obrigado pela atenção.”-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, e sem qualquer outro pedido para intervir no âmbito da discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o ponto por encerrado. -----

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto dois da ordem do dia, “*Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para abertura de procedimento concursal, ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dezembro, e emissão de parecer favorável ao alargamento da área de recrutamento, nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual – dois assistentes operacionais (motoristas de pesados)”. -----

----- Apresentado o ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução e apresentação do assunto: -----

----- “Eu recorro só que quando veio a esta assembleia a relação dos documentos provisionais, desse documento fazia parte também o quadro do pessoal e, portanto, estes lugares já estavam previstos e devidamente contabilizados em termos orçamentais, pelo que neste momento a proposta que já foi à Câmara Municipal, e que agora se submete à aprovação da Assembleia Municipal, vem na sequência desses lugares que foram aprovadas à data e que constaram dos respetivos documentos provisionais. A este ponto diz respeito o recrutamento para dois assistentes operacionais, motoristas de pesados, portanto, recrutamento com vínculo por tempo determinado, para assegurar o serviço, nomeadamente no que toca à condução de veículos pesados.”-----

----- Iniciado o período de discussão do ponto dois da ordem do dia, e sem ter sido manifestada qualquer intenção para intervir naquele período, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão e prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados o pedido de autorização da Câmara Municipal para abertura de procedimento concursal, ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e emissão de parecer favorável ao alargamento da área de recrutamento, nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual – dois assistentes operacionais (motoristas de pesados). -----

----- Decorrida a votação, anunciou que o pedido de autorização da Câmara Municipal para abertura de procedimento concursal, ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e emissão de parecer favorável ao alargamento da área de recrutamento, nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual – dois assistentes operacionais (motoristas de pesados), tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, não se encontrando presente na votação o Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP. -----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia. -----

----- De seguida, passou a apresentar o ponto três da ordem do dia, “*Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para abertura de procedimento concursal, ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e emissão de parecer favorável ao alargamento da área de recrutamento, nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual – dois técnicos superiores de serviço social e um técnico superior de arquitetura paisagística*”.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Apresentado o ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a justificação daquele ponto, a qual afirmou: -----

----- "Na sequência que dei também no ponto anterior, portanto, também constava do quadro de pessoal apêndice aos documentos provisionais que vieram a esta assembleia, a proposta neste momento são dois técnicos superiores de serviço social e um técnico superior de arquitetura paisagista para recrutamento com vínculo por tempo indeterminado, portanto para assegurar o respetivo serviço."-----

----- Dando início ao período de intervenções no âmbito da discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que referiu: -----

----- "Eu sobre esta situação percebi que já estavam previstos no quadro que veio à assembleia, simplesmente há aqui algumas questões que eu gostava de levantar e estamos a falar de contratação de técnicos superiores. Primeiro, uma questão que já tinha levantado, ainda no mandato anterior, a contratação de um técnico, de um arquiteto paisagista era fundamental e depois seguidamente já direi porquê. -----

----- De qualquer modo as informações técnicas que servem de base, a informação da responsável dos recursos humanos dá-nos essencialmente a situação em relação à lei do orçamento de estado e às possibilidades da Câmara de contratar sem qualquer dificuldade. A questão põe-se nas informações técnicas. Nenhuma das informações técnicas justifica, justificam de facto, mas ninguém justifica de direito e faz parte das boas normas a justificação de facto e de direito. -----

----- E depois eu não percebo, gostava que me explicasse Senhora Presidente, porque tendo a Câmara já um assistente social, suponho que é um, não tenho a certeza, dois, vai contratar mais dois assistentes sociais e não torna este conjunto mais ambicioso, introduzindo, por exemplo, um psicólogo clínico que tem mais valências que um assistente social. Além de poder fazer este trabalho, ainda podia dar apoio até aos recursos humanos da Câmara. Parecia-me que seria mais ambicioso e melhor para o Município. -----

----- Já no que se refere à contratação do paisagista, não tenho dúvidas da necessidade, mas a justificação que aqui vem, se fosse eu para contratar não contratava, embora ache que é necessário. Porque era muito fácil, bastava ir à lei, se tivessem tido o cuidado, ou o técnico que fez a informação tivesse tido o cuidado de ir à portaria setecentos e um H, que rege precisamente a elaboração de projetos municipais ao artigo cento e cinquenta e sete, quando fala de espaços exteriores e depois ao número três do artigo quarto e ao número um e dois do artigo décimo da lei trinta e um barra dois mil e nove, que são as competências dos técnicos para elaborar determinados projetos, a coisa sanava-se e estava toda clarinha. -----

----- Agora, há aqui uma justificação, eu necessito das pessoas, mas não há uma justificação de direito, não é? Justifico porque não tenho mais ninguém com esta aptidão, porque a lei é clara nesse aspeto, para arranjos exteriores, qualquer projeto de arranjos exteriores, seja uma rua



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seja o que for, carece de um e não é só o que está aqui dito na informação. Qualquer arranjo de espaços exteriores, uma rua, uma plantação de uma árvore, carece de um arquiteto paisagista, é o que diz a lei e portanto era fácil de a justificar. -----

----- Isto pode servir só como recomendação. Não irei votar contra, como é lógico, porque acho que há necessidade dos técnicos e à Câmara faz, até pelas podas que se fazem aí gravíssimas para as árvores, se fizessem isso a algumas pessoas, se lhes cortassem os braços não gostavam, e o paisagista vai de certeza melhorar as podas das árvores, porque as árvores de jardim têm técnicas próprias para se podar e o paisagista é o técnico ideal para isso. -----

----- No que se refere efetivamente à parte social, à parte dos técnicos superiores de serviço social, eu, se fosse possível, ainda era capaz de alargar esta componente, introduzindo um psicólogo clínico que tem mais valências que um assistente social. Muito obrigado.”-----

----- Finalizada a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a resposta seguinte: -----

----- “Bom, o Senhor Deputado Sidónio Simões queria mais explicação relativamente à necessidade dos técnicos superiores, ou pelo menos para estas áreas. O que eu lhe posso dizer é que na parte de assistente social, ou do serviço social, propriamente dito, porque a ação social é vasta e é transversal, e tenho dito isto várias vezes aos diversos setores, seja à educação, seja à parte social propriamente dita, e perante as várias solicitações que têm acontecido, nós neste momento, em termos de quadro de pessoal, aquilo que temos é uma socióloga que coordena a Rede Social de Anadia. Temos tido apoio, sim, de uma assistente social, temos tido uma psicóloga também que dá apoio à Rede Social e à Comissão de Proteção de Menores, mas nós não temos efetivamente um quadro de pessoal fixo afeto à área social. -----

----- E, nesse sentido, e como cada vez há mais solicitações no que toca e que exigem avaliações socioeconómicas dos agregados familiares, porque as solicitações são muitas e são relativas ao Fundo Social que a Câmara dispõe, é relativamente à isenção do pagamento das taxas de água e saneamento, é no que toca ao regulamento de apoio aos medicamentos, é no que toca ao apoio às taxas mínimas para famílias numerosas, ou para famílias mais carenciadas, é na ação social escolar. Portanto, temos aqui um leque diverso de solicitações e as informações sociais têm que ser feitas obviamente por quem é entendido na matéria e são neste caso as áreas de assistente social. -----

----- A questão do psicólogo tem uma tarefa completamente diferente e eu vou-lhe dizer, se tivéssemos a possibilidade obviamente de fazer também essa contratação, ir afetar um psicólogo ao quadro da Câmara, claro que o faríamos. Mas neste momento não temos essa disponibilidade e, como tal, temos que definir as nossas prioridades e entendemos que no que toca à área social, não posso dizer que era um vazio, mas vem de certa maneira reforçar o trabalho desenvolvido pela área social. E claro que as nossas técnicas não fazem só isso, porque, no fundo, representam também o município no que toca à representação do município na própria Segurança Social, na articulação que é feita nalguns pareceres que são dados,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente no rendimento social de inserção, no rendimento mínimo. Portanto, todas essas avaliações que a própria Segurança Social faz, solicita às técnicas da Câmara Municipal também a sua presença para que, de uma forma articulada, possa trabalhar. O encaminhamento para as cantinas sociais, por exemplo, é feito pelas nossas técnicas, é feito pela Rede Social. O encaminhamento para a loja social é feita pelo setor da ação social, portanto, estamos aqui a falar de intervenções diversas e, portanto, que temos necessidade efetivamente de ter recursos humanos fixos que possam dar resposta a estas solicitações, que são cada vez maiores. -----

----- Portanto, no que toca à arquitetura paisagística, bom não há, eu estou a ver aqui, por exemplo, uma informação técnica que diz que de facto a intenção é a sua intervenção na paisagem do espaço público, portanto, tudo tem a ver com a requalificação do território. Nesse sentido, é esse o trabalho do paisagista. Não vai, por exemplo, projetar nenhum edifício, portanto, é precisamente para a requalificação dos espaços urbanos.”-----

----- Para nova intervenção no período de discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que referiu: -----

----- “Senhora Presidente, como sabe, os técnicos quando fazem informações, até há pouco tempo tinham que declarar que cumpriam todas as formalidades legais e regulamentares ele pode estar a cumprir as legais, mas as regulamentares não está, porque em nenhum documento é dito qual é a legislação base que serve, principalmente para a paisagística. É clara essa é simples, que serve de base. O ele dizer que ela fez isto mas isto, se ele for à legislação, isto podia ser feito por um desenhador. Se ele não puser cá qual é a lei que obriga a que seja um arquiteto paisagista e não um desenhador a fazer aquele trabalho, isto não está completo para si. Atenção, eu estou-lhe a falar é como mais como recomendações, não estou a levantar quaisquer questões. -----

----- Em relação ao psicólogo e aos assistentes sociais, dentro da psicologia há uma panóplia de licenciaturas muito vasta e há psicólogos clínicos especializados só nesta área do acompanhamento, com uma vantagem, é que eles, além disso, ainda fazem outros trabalhos que o assistente social não faz. É só por isto que eu digo que, se calhar, em termos de valência da contratação, pelo mesmo valor, ficávamos com uma pessoa com mais competências. É só por isso. Eu acho que é necessário e cada vez será mais pelas dificuldades que o país está a atravessar, cada vez vamos ter mais dificuldades e mais necessidade de pessoas a trabalhar nesta área. Muito obrigado.”-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para responder à intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular. A Senhora Presidente da Câmara Municipal deu a seguinte resposta: -----

----- “Senhor Deputado, eu discordo um bocadinho das suas afirmações porque eu acho que é mais do que evidente que aquilo que um técnico, ou um arquiteto paisagista, desenvolve não tem nada a ver com aquilo que um desenhador desenvolve. Portanto, eu acho que está tão



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

clara quais são as funções que um arquiteto paisagista portanto que estar aqui a discutir se está aqui escrito qual é a regulamentação, ou não, eu acho que isso é uma mera questão. -----

----- E relativamente ao psicólogo, diz-me o Senhor Deputado que o psicólogo faz outras, que é uma mais-valia, portanto, pode fazer outros trabalhos que o assistente social não faz. E eu quero-lhe dizer que, se calhar, também aquilo que o assistente social faz o psicólogo não faz. Portanto, são áreas completamente diferentes.”-----

----- No seguimento da resposta dada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PSD, que formalizou a intervenção da seguinte forma: -----

----- “No âmbito deste ponto dois e ponto três queria felicitar efetivamente o Município porque está a ir de encontro aquilo que está previsto no plano que foi aprovado na última Assembleia. E queria também felicitar a Senhora Presidente por, não sei se é uma coincidência, mas parece que foi de encontro a uma das bandeiras da campanha do PSD, que era a ação social. -----

----- Efetivamente, eu não preciso de dizer mais nada porque a explicitação de todas as funções e tarefas que a Senhora acabou de expor ao colega Sidónio são mais do que evidentes e, portanto, felicito-a e é por causa disso que nós achamos que é importante estas duas pessoas também no quadro do pessoal fixo do Município. -----

----- Finalmente, parece que há aqui também um encontro de vontades entre as áreas que foram apresentadas e que são necessárias para o desenvolvimento equilibrado, sustentável e desejável que o Município de Anadia tanto precisa.”-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que afirmou: -----

----- “Só para dizer ao Senhor Deputado José Carvalho que obviamente a escolha por estas áreas, nomeadamente assistente social, não foi porque eram bandeira do PSD na área social. Portanto, nós já há muito tempo que trabalhávamos na área social e quero-lhe dizer que era uma lacuna que nós tínhamos, não porque não existissem assistentes sociais, porque elas existem, efetivamente, mas que têm alguma rotatividade porque não estão fixas no quadro de pessoal, porque até hoje não era permitido. Tendo em conta que existia uma possibilidade porque os trabalhadores vão saindo, portanto é possível complementar essas áreas onde estão um bocadinho mais descalças, digamos, obviamente que foi a nossa opção porque também era bandeira do MIAP a ação social, sem dúvida alguma.”-----

----- Não havendo mais pedidos para intervir naquele período de discussão do ponto três da ordem do dia, respeitante ao pedido de autorização da Câmara Municipal para abertura de procedimento concursal, ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e emissão de parecer favorável ao alargamento da área de recrutamento, nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual – dois técnicos superiores de serviço social e um técnico superior de arquitetura paisagística, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados pedido de autorização da Câmara Municipal para abertura de procedimento concursal, ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e emissão de parecer favorável ao alargamento da área de recrutamento, nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual – dois técnicos superiores de serviço social e um técnico superior de arquitetura paisagística. -----

----- Decorrida a votação, anunciou que pedido de autorização da Câmara Municipal para abertura de procedimento concursal, ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e emissão de parecer favorável ao alargamento da área de recrutamento, nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação atual – dois técnicos superiores de serviço social e um técnico superior de arquitetura paisagística, tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia.-----

----- De seguida, passou a apresentar o ponto quatro da ordem do dia, *“Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento do Cartão Anadia Jovem, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do RAMA”*. -----

----- Apresentado o ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para introduzir o assunto, tendo referido: -----

----- “Bom, esta é uma das iniciativas que este executivo tomou no âmbito das ações da política da juventude. Entendemos que seria um primeiro sinal também para os nossos jovens e, como tal, criámos um regulamento que possibilitasse aos nossos jovens ter a possibilidade de ter um cartão, mas que lhe permitisse vir a ter alguns benefícios, no que se refere a poder usufruir a preços mais vantajosos, digamos, nalgumas instalações do município, nalgumas ações que o município vier a implementar e também com a possibilidade, e este é um desafio também onde envolvemos os nossos comerciantes, para que se associassem também a esta iniciativa, no sentido também de haver a possibilidade de em algumas lojas estes nossos jovens poderem ter alguns descontos e, assim, também seria uma forma de promover o nosso comércio local. -----

----- Esta foi a opção do Cartão Anadia jovem, é um cartão municipal, é um cartão que tem como objetivo, portanto, que os nossos jovens tenham benefícios dentro do nosso concelho e, desta forma, promover aquilo que é o desenvolvimento económico, cultural e desportivo do Município de Anadia. O cartão destina-se a jovens dos doze aos trinta anos, quero aqui dizer, e lanço também já este debate, o Cartão Anadia Jovem será gratuito para as inscrições realizadas até ao final do presente ano e terão o custo de um euro a partir do próximo ano dois mil e quinze. Qual será o retorno? Efetivamente a possibilidade de os nossos jovens poderem aderir e usufruir das nossas instalações e mesmo virem a estar presentes nas ações que o município vier a desenvolver. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Portanto, vocês todos têm o regulamento presente. Tem também uma outra possibilidade, aqueles jovens que eventualmente possam aceder a qualquer arrendamento, ou até à aquisição de habitação, também no que toca a um desconto no consumo mensal da água, portanto, tem trinta por cento de desconto na faturação do consumo mensal, com as condições que estão estabelecidas no próprio regulamento. Dez por cento em inscrições de seminários, dez por cento na reprodução de documentos, nos eventos organizados pela autarquia, nas termas, no Centro de Alto Rendimento, nos Pavilhões, nas Piscinas Municipais, no Cineteatro, na Biblioteca, no Museu do Vinho. E este é apenas um início, porque podemos vir a complementar com outras instalações, ou com outras ações que também outras entidades se possam querer associar a esta iniciativa e, portanto, também acrescentar algo mais a esta iniciativa.”-----

----- Iniciado o período de intervenções no âmbito da discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Dinis Torres, do Grupo Municipal do MIAP e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro, que referiu: -----

----- “Depois de ouvir a sua explicação sobre este ponto quatro, queríamos perguntar a Vossa Excelência, se tendo em conta a necessidade de cativar e fixar os jovens neste concelho, se está previsto algum incentivo nesta área? Obrigado.”-----

----- Para responder à questão apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Dinis Torres, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu: -----

----- “Uma resposta logo imediata é uma que aprovamos ainda durante esta semana, numa reunião do executivo, que foi, por exemplo, a venda, em hasta pública, dos apartamentos do Edifício Visconde Seabra. Faremos essa hasta pública em duas fases: a primeira fase destinada aos nossos jovens que assim o desejarem e, portanto, terão desde logo uma redução de dez por cento no preço base das diferentes frações, consoante o preço que estiver atribuído e seja na tipologia T um, T dois ou T quatro. Como complemento, obviamente, e se forem jovens até aos trinta anos, poderão usufruir de trinta por cento na faturação do consumo mensal da água. Portanto, há aqui alguma articulação dentro daquilo que nós queremos estabelecer e dentro daquilo que nós queremos implementar.”-----

----- Para uma outra intervenção no período de discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que afirmou: -----

----- “Eu acho que a ideia é interessante, mas não, parou a meio. Parou a meio, quer dizer, não tem sequência. Primeiro, eu acho que em termos de lei habilitante, falta aqui muita coisa. A lei habilitante, só esta não chega, falta aqui a constituição, falta eventualmente a resolução do Conselho de Ministros que o Senhor Primeiro Ministro José Sócrates criou a Comissão Interministerial das Políticas de Juventude. Portanto, há aqui uma série de, eu não vi nenhum regulamento nunca que não tivesse, pelo menos, o artigo da Constituição que permite que ele pudesse ter sequência. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De qualquer forma, tirando isso, nós vamos aqui ao Cartão Jovem e temos aqui artigo décimo terceiro, empresas ou entidades aderentes. E fala das empresas e das entidades aderentes. Como é que elas podem aderir? Depois, vamos ao artigo décimo quarto, que são as vantagens económicas e as empresas aderentes não dão vantagens económicas nenhuma porque não estão lá. Estão cá as vantagens económicas que a Câmara dá. E depois o décimo quinto, já é dúvidas e omissões, portanto, as vantagens económicas resultantes do décimo terceiro não estão em lado nenhum. Vamos pedir às empresas que nos deem, que apoiem os jovens, que façam descontos, mas depois quando escrevemos as vantagens do cartão não aparecem lá os descontos dessas empresas. -----

----- Por outro lado, por exemplo, eu vejo aqui, acho que se estamos a falar, e vejo aqui uma grande componente cultural, que desde já tenho que louvar, mas, por exemplo, há vinte por cento de desconto nas sessões de cinema. E de teatro não há porquê? Por alguma razão específica? Quando houver, não é? Por exemplo, fala-se aqui nos descontos nas entradas dos espetáculos, então e nos jovens por exemplo se calhar era interessante um desconto também no aluguer dos espaços, os pavilhões, sei lá, os campos, os espaços que a Câmara tem, se calhar, o desconto no aluguer dos espaços para eles fazerem os jogos. Se calhar também era interessante. -----

----- Depois, ainda, eu achei aqui piada à faturação do consumo de água porque hoje um jovem com trinta anos ter uma casa é quase um milagre, porque eles coitados ficam em casa dos pais porque não têm emprego, não têm maneira de se desenrascar, portanto, não têm grande solução. Mas dado que nós temos tantos problemas, ou tanta gente levanta problemas por causa de não ter espaço onde construir, porque não criar aqui um incentivo à reabilitação de casas devolutas, por exemplo, diminuindo taxas, dando um apoio qualquer, ou de um projeto, qualquer coisa que a Câmara pudesse fazer. Isso era um incentivo de jovem à habitação claramente, esse claramente é um incentivo e era um incentivo em todos os aspetos porque diminuíamos a ocupação de espaço urbano desnecessário porque nós temos muitas casas devolutas, aliás até temos mais do que as que precisamos para a população que temos. -----

----- Depois, por que não incluir no programa, que é fácil, seria a própria estrutura da Câmara a prestar esse apoio, na preparação das candidaturas aos programas de apoio ao associativismo jovem, até estão abertas este ano, o PAJ, o PAE, tudo isso está aberto, em dois mil e catorze estão abertos, e era só haver um técnico que lhes desse apoio na organização do processo. Normalmente, um jovem, a dificuldade maior que tem, quem nunca trabalhou, é preparar o processo, preparar a candidatura, portanto, eu acho que isto não custa dinheiro à Câmara e são coisas relativamente simples, acho eu. -----

----- Portanto, era só, mas esta, claramente, é se forem ao artigo décimo terceiro diz ali «podem aderir ao cartão», têm aqui as empresas todas e depois vamos ao décimo quarto e só tem os benefícios dos cartões da Câmara. Os Senhores que aderirem ao cartão não têm cá nada.”-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções no âmbito da discussão do ponto quatro da



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que declarou: -----

----- "Senhora Presidente. Permita-me um ponto prévio para lhe fazer este início de abordagem a este ponto. Ainda não aprovou este cartão e já tem outro na calha, o cartão Sentir Anadia. Portanto, se calhar, era preciso ter um bocadinho de cuidado com o município do cartãozinho de descontos porque, se já vai em dois, não se sabe se vai terminar por aqui ou se vão haver mais, porque cartão Anadia Jovem, cartão Sentir Anadia, pronto. -----

----- Relativamente a este cartão Anadia Jovem, por princípio, excelente medida, uma medida que fala da juventude e uma medida que apresenta uma proposta prática. Dou-lhe os meus parabéns. Sobre a proposta em si, esperava mais, Senhora Presidente. Cinco meses já de trabalho nesta autarquia, era para dizer mais qualquer coisinha sobre a juventude porque quando se fala de políticas municipais de juventude, fica curto este pensamento e esta informação, simplesmente porque não existem políticas municipais de juventude. A Senhora Presidente não informa e nós temos as nossas, cada um dos Grupos Municipais terá as suas, mas as da Câmara não conhecemos. -----

----- Dizem os seus serviços, na deliberação que a Senhora Presidente atesta "no âmbito da promoção da política de juventude delineada pela Câmara Municipal de Anadia e no sentido de dinamizar a população mais jovem na participação em atividades e serviços, e por aqui fora, portanto, a política municipal de juventude assenta nisto, dinamizar a população mais jovem na participação em atividades e etc., etc., etc. A pergunta que se impõe quando abordamos este caminho é: a câmara conhece a realidade da juventude do concelho? Certamente que conhece.-

----- Sabe se a juventude já usufrui, e em que número, de tudo aquilo que propõe pela utilização deste cartão, de tal maneira que possa avaliar o benefício que vão ter? Não me parece. Em dez anos, permita-me que lhe diga, consultando informação que é pública, o concelho perdeu cerca de três mil jovens, uns porque mudaram de escalão, já deixaram de o ser, estão acima dos trinta anos, outros porque certamente saíram do concelho. Uma coisa é certa, com mais jovem menos jovem esta Câmara pode contar sempre com a módica quantia de cinco mil jovens, eventualmente dois mil naquele escalão mais forte que eventualmente será ali entre os catorze e os vinte e cinco anos. -----

----- Mas se este era o objetivo principal, dinamizar, a Senhora Presidente não precisava de inventar, perdoem-me a expressão, um cartão municipal Jovem de Anadia, porque este projeto já existe a nível nacional e na europa. Existe, é um cartão parecido com este, tem outros benefícios. Certamente que a Senhora Presidente sabe essa informação que é um cartão três em um, a Senhora Presidente extraiu a parte dos benefícios a nível nacional e dos benefícios na europa e vai implementar um cartão que só dá benefícios em Anadia. -----

----- Portanto a situação é esta. Política jovem, os nossos jovens vão conviver com o município, vão trabalhar no município, vão usufruir do município aquilo que tem para oferecer? Serviços e bens do concelho de Anadia e eventualmente veda a que este cartão possa saltar além-fronteiras e os nossos jovens de Anadia, que também vão para fora, usufruir dos outros



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municípios etc. e etc., e possam também eles beneficiar de apoios que eventualmente são permutados, quer dizer que com este cartão três em um do *European Youth Card* nós estamos a potenciar que os jovens de Anadia possam usufruir na mesma daquilo que a Senhora Presidente propõe com este cartão específico para Anadia e permite também que se os jovens saírem possa continuar a dar benefício, para além de que vai permitir também que os jovens do país e os jovens da europa, se quiserem visitar Anadia, possam antes de vir, eventualmente, procurar informação que lhes permita vir a Anadia e usufruir também de descontos. É bom, de facto, para quem usufrui, é bom de facto para as empresas e para os serviços que aqui se prestam, esta era uma medida excelente. Assim parece-me curta podíamos ir mais longe. -----

----- Depois a Senhora Presidente como falou aí que é um cartão gratuito e que eventualmente no ano dois do cartão custa um euro, tem razão, este cartão custa dez euros. Posso-lhe dizer assim uma excelente política de apoio à juventude era a câmara oferecer o cartão. Dez euros vezes cinco mil era um investimento de cinquenta mil euros. Podia não oferecer a totalidade, oferecia dez/vinte por cento, e era um excelente mecanismo, porque potenciava a utilização do cartão cá dentro e lá fora. -----

----- Anadia não o fez, mas outros municípios fazem, por exemplo, recentemente Vale de Cambra, permita-me que lhe leia aqui duas linhas "Vale de Cambra recentemente aprovou este cartão europeu que entrará em vigor agora em março para jovens do concelho entre os doze e os vinte e nove anos, tal e qual este municipal, sendo uma modalidade do cartão europeu e que permite vantagens aos seus portadores num total de quarenta países da Europa".-----

----- Anadia é o cartão só para Anadia. Portanto, eu acho que nesta proposta específica podíamos ter ido um pouquinho mais longe, até porque, de facto, comecei nesta assembleia no início por dizer que acho que Anadia só tem a ganhar se pensar global, se pensar em conceito alargado, no âmbito por exemplo da CIRA, tão bem como a Senhora Presidente sabe. E perdoem-me por eu estar a falar em muitos assuntos, não quero ser nenhum sabidola, como já fui aqui acusado, não tenho culpa de ter interesse por coisas que se passam no meu concelho e, portanto, sei que a CIRA atribuiu a esta Câmara a responsabilidade do pelouro da educação, da juventude e sénior. Portanto, tendo esta perspetiva, e tendo já cinco meses de trabalho, eu acho que podia ser interessante contextualizar isto num âmbito mais alargado e portanto acho que teríamos a ganhar, e era um bom mecanismo para afirmar, até porque no seio da CIRA já há outros municípios que aderiram a este cartão, e, portanto, no fundo não ficar para trás nem ser diferente dos outros, mas podíamos aqui inovar também e permitir que os jovens que vão a Aveiro possam usufruir de descontos nas empresas e nos serviços de Aveiro, ou Águeda, ou Oliveira do Bairro etc., etc.-----

----- A terminar só falar numa questãozinha. Portanto a deliberação onde propôs o agendamento desta proposta condicionou a aprovação e entrada em vigor do cartão a uma tabela de preços, condiciona para aprovar este cartão e promover a sua entrada será necessária proceder a uma alteração na tabela de preços. Ora, eu tive o cuidado de me ir informar e ver a deliberação da Câmara e, de facto, a tabela de preços foi distribuída em anexo. Para a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Asssembleia não foi. Como não foi e está condicionada, das duas uma, ou a Senhora Presidente retira esta proposta da agenda e, eventualmente, poderá reformular, porque foram dados contributos importantes hoje aqui para este cartão e acho que Anadia terá a ganhar, ou então terei que fazer esta proposta à mesa que é quem tem competência para salvaguardar que os documentos são distribuídos devidamente e, portanto, ser ela própria a retirar. Se não quiser retirar, para também não acusarem o PSD que é contra as políticas de juventude e que estão contra estas políticas, devo já dizer que em conformidade com a total instrução deste processo votaremos sempre a favor. Agora, não posso é votar, eu e a bancada, não podemos votar a favor da introdução de um cartão que eventualmente está condicionado a uma tabela de preços que não nos foi dada a conhecer. Tenho dito.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, que concretizou a intervenção, dizendo: -----

----- “Sobre este tema aqui tão importante, da juventude, queríamos começar por dar os parabéns ao executivo, em particular ao Vereador eleito pelo Partido Socialista Dr. Lino Pintado, que de facto apresenta aqui uma primeira medida muito importante e, portanto, prova aqui que existe de facto, existem outras bandeiras no município e que são ponto de convergência de mais do que uma força política. -----

----- Em segundo lugar, dizer que não esperávamos hoje, aqui a nossa bancada, apesar de ser pequenina é a bancada com média de idades mais jovem, e esperávamos hoje que a reação a este tipo de medidas fosse positiva. Mas concluo que existe aqui uma preocupação de criticar coisas de substância e não da fórmula, isto é, um projeto que se inicia agora, já estão preocupados se está formada alguma inconstitucionalidade, se tem a tabela de preços anexa, se os comerciantes vão aderir. Isto é uma semente que acabou de ser deitada à terra e, portanto, agora compete, não só ao executivo, mas também a todas estas pessoas da assembleia que têm responsabilidade, de tentar dinamizar, de tentar mobilizar os jovens, que isso, sim, é o mais difícil. Menos importante é se o cartão custa um euro, ou se é oferecido. Menos importante é se o artigo décimo terceiro refere os comerciantes a, b ou c, ou se esses comerciantes também têm que ser mobilizados para aderir a esta iniciativa. -----

----- O importante é que de facto os jovens passem menos tempo à frente do *facebook* e menos horas à frente da televisão e participem mais em atividades desportivas, em atividades culturais, que deem mais vida e mais força ao concelho. Isso é que é o importante. Seria, acho que não existe nada mais miserável, estou a utilizar uma palavra assim um bocadinho mais forte, do que criticar medidas que são de inquestionável valor. Portanto, se a juventude é tema tão caro, e foi um tema tão caro na campanha todos os partidos políticos que aqui hoje têm assento, não existe nada mais miserável do que criticar aspetos relacionados com a forma, com a bondade de um projeto destes. -----

----- E, portanto, eu convidaria os Deputados do Grupo Municipal do Partido Social Democrata e do CDS a apresentarem outras propostas, a apresentarem propostas que complementem esta,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ou que sejam alternativas a esta, porque, de facto, em particular o Grupo do PSD, que também tem assento no executivo, três Vereadores, não sei, nestes meses, que propostas já apresentaram. Não sei que propostas apresentaram os Deputados Municipais do PSD. Portanto, se são tão críticos à bondade desta iniciativa, seria bom começar a conhecer as vossas iniciativas, as vossas alternativas, as vossas sugestões, de forma construtiva e não apenas com esta crítica despropositada. Obrigado.”-----

----- Para responder às intervenções efetuadas pelos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que declarou: -----

----- “Começo pelo Senhor Deputado Sidónio Carvalho, que falou aí na lei habilitante. O que está aqui em causa é um regulamento, não está aqui em causa, por exemplo, a constituição do conselho municipal de juventude, que é uma questão completamente diferente. E quero dizer que o conselho municipal da juventude, ou o plano municipal da juventude, está a ser trabalhado, também em paralelo, num projeto que nós já fizemos a apresentação também pública e, portanto, tem a ver com o projeto sentir Anadia. E, portanto, dentro desse projeto, e que nós estamos a trabalhar e a desenvolver as diversas ações e diversas iniciativas, obviamente que há os ditos planos também para realizar. Simplesmente nós não estamos à espera de planos, estamos à espera, nós aquilo que estamos a fazer neste momento é propor, desde logo, estamos a propor ações concretas, estamos a agir já, porque se estamos à espera que um plano fique completo, perfeito, nós realmente temos que adiar todas essas questões e portanto não se coloca nada em prática. -----

----- Relativamente ao que falou do Cineteatro, porque não tem referência ao teatro, no que refere ao cineteatro diz vinte por cento nas sessões de cinema e dez por cento nos espetáculos assinalados para o efeito, portanto, isto dentro do capítulo, ou do ponto que refere ao Cineteatro de Anadia. Portanto, voltando outra vez, falou no programa de apoio às políticas de juventude. É esse programa que está a ser estabelecido, dentro do plano municipal para a juventude, e, como já disse, integra, faz parte desse grande projeto chamado “Sentir Anadia”, que nós já fizemos a apresentação e que tem ações que são transversais, também, no que toca à cultura, no que toca ao desporto, no que toca ao associativismo. E, portanto, também em cada um destes setores existirá também o plano municipal de associativismo para o desporto, para a cultura e para a juventude. -----

----- Relativamente ao Senhor Deputado Artur Salvador, eu acho que sim, que queria ser o Salvador aqui desta situação, mas eu acho que mais uma vez se enterrou. Senhor Deputado, desculpe lá, mas é assim, de maneira nenhuma, ouça. Quando perguntou se já existem outras ações, ou outras políticas que estejam a usufruir desses benefícios, não, esta é uma das primeiras iniciativas com este cartão que permitem usufruir destas vantagens. -----

----- Quero aqui dizer que estamos aqui a confundir um bocadinho as coisas, o que está aqui em aprovação hoje é o regulamento para a criação do cartão jovem, onde vem aqui elencada uma série de benefícios com as percentagens indicadas, e caso o regulamento seja aprovado,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto, e assim espero, e que haja unanimidade também, que seria bom e um bom exemplo para a nossa juventude, essa tabela de preços, ou essa alteração da tabela de preços decorre da aprovação deste regulamento. Mas a tabela de preços também não tem que ser aprovada pela Assembleia Municipal, porque a tabela de preços basta ser aprovada pela Câmara Municipal. Se estivermos a falar das taxas, aí sim, as taxas têm que ser aprovadas pela Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, não é isso que está aqui em causa. Neste momento, o ponto que está aqui agendado é para a aprovação do regulamento para a criação do cartão jovem. Senhor Deputado, o Senhor, com certeza, e felizmente para si, o Senhor pode despende do dinheiro para comprar, ou ter acesso a um desses cartões que lhe dá outras vantagens. Nem todos os nossos jovens têm essa possibilidade económica. Não é que nós também não pensássemos, e não soubéssemos, nós também não estamos aqui a ser inovadores porque outros municípios também já criaram esse tipo de cartões, o cartão movi jovem, através da movi jovem, ou o cartão mesmo municipal. A nossa opção foi por criar mesmo um cartão municipal, um cartão voltado para Anadia. O nosso lema, o lema do MIAP, era isso mesmo "Anadia primeiro" e, portanto, estamos a seguir esse rumo. -----

----- Quanto ao custo do cartão, é evidente, e por ser um cartão municipal, e esta é uma primeira iniciativa, mas que nada nos impede no futuro, e vamos ver qual é a adesão dos nossos jovens a esta iniciativa, nada nos impede, no futuro, que não possamos criar o outro cartão, porque tem vantagens completamente diferentes. Um dá benefícios dentro do concelho, apenas, e o outro dá benefícios para os nossos jovens apanharem o comboio, irem ao fórum a Coimbra ver o cinema. Mas por que é que não hão de ver em Anadia por exemplo, cá dentro, exatamente. O que eu lhe estou a dizer é que são realidades completamente diferentes e com funções completamente diferentes. -----

----- Portanto, este é um desafio aos jovens do nosso concelho e voltado para o nosso concelho. Concordo consigo, estamos noutra era e temos que pensar na globalização. Mas também temos que apostar na fixação dos nossos jovens, nós temos que apostar em que os nossos jovens gostem de Anadia, nós temos que apostar que os nossos jovens procurem as nossas atividades, tenham conhecimento delas, que as procurem, que as pratiquem, e, portanto, este é um desafio mesmo grande aos jovens, para que frequentem as nossas instalações, para que vão às diversas atividades que são promovidas dentro do concelho, e não só no Município de Anadia, porque essa plataforma que vai ser criada no projeto que está a ser implementado o "Sentir Anadia", essa plataforma vai permitir também que todas as associações desportivas ou culturais possam aceder e também eles colocarem lá as suas iniciativas e os nossos jovens podem consultar essa plataforma, e porque não, também não podem aceder a esses espetáculos e que até às vezes são interessantes, mas que desconhecem. Claro que para ter descontos nessas associações, ou nesses espetáculos, aí terão que ser essas associações a deliberar o mesmo. ---

----- Por que é que não estão cá as empresas? Obviamente que não podíamos ter, nós não vamos fazer um desafio às empresas se não sabemos se efetivamente o regulamento vai ser



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aprovado. Mas o regulamento sendo aprovado, nós não vamos ser ingênuos, é evidente que nós já fizemos algum contacto com as empresas, elas não estão cá, mas oportunamente irão ser divulgadas porque nós também vamos estabelecer um protocolo com essas empresas, digamos, sejam eles comerciantes ou não, ou sejam industriais, ou o que seja, para que eles próprios, em paralelo com o município de Anadia, se envolvam neste projeto e, portanto, possam também perceber que tem de haver, tem de ser dado um sinal aos nossos jovens que também vão às lojas do comércio local e que podem também comprar aqui, que muitas vezes não têm essa possibilidade porque os pais hoje em dia também não têm dinheiro para tal. E, portanto, é um benefício na compra de alguns bens, obviamente nessas lojas, se calhar até mais para os pais do que para os próprios jovens, porque são os pais que têm que dar o próprio dinheiro, desembolsar o dinheiro para os próprios jovens poderem comprar. -----

----- Mas isso é um primeiro sinal. Nada nos impede que esta iniciativa vá crescendo e vá caminhando para algo diferente. Mas o nosso primeiro objetivo, e o primeiro passo a dar, é realmente voltar os nossos jovens para o nosso concelho. -----

----- Relativamente ao Senhor Deputado André, só lhe quero fazer uma observação. O Senhor fez aí qualquer, no fundo, esteve a referir aqui o meu Vereador Dr. Lino Pintado. Mas quero-lhe dizer que este projeto não é do Vereador A, ou do vereador B, este projeto é do executivo que tem uma estratégia, tem uma linha de orientação e, como tal, em articulação, nomeadamente, com os Vereadores que estão presentes no executivo e no ativo, obviamente que têm que construir. Portanto, é apenas esta referência que lhe queria deixar. -----

----- Mas também partilho da sua opinião, quando faz este desafio também à bancada do PSD e a todos os presentes para que possam aprovar esta primeira iniciativa, que será um grande sinal das políticas de juventude e do apoio aos nossos jovens que, como disse, é uma primeira iniciativa, mas transversal e complementar, ou vai complementar, outras tantas que o Município aos poucos irá dando conhecimento.”-----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou: -----

----- “Senhora Presidente, permita-me devolver o miminho que teve para comigo. Mas quem se enterrou agora foi a Senhora Presidente. Então a Senhora Presidente não foi falar com as empresas antes porque não tinha a certeza se o regulamento ia ser aprovado? Então, para que é que serve a maioria que suporta este executivo? -----

----- Caro Deputado do PS, o PSD não foi eleito para apresentar propostas, foi eleito para fiscalizar as vossas propostas, as propostas que o PS agora na maioria apresenta. Agora, não estamos é na disponibilidade de aprovar qualquer coisa. Eu para a juventude comecei por dizer na minha intervenção inicial que juventude e propostas concretas para a juventude seremos sempre a favor. Era o que mais faltava o Partido Social Democrata ser contra qualquer política de juventude. Agora, não pode é ser uma coisa qualquer e aquilo que eu aqui defendo é que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é assim podíamos ir muito mais longe, esta câmara quis extrair dos três em um, um terço, impecável. Vamos ver como é que resulta. Tenho dito.”-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Artur Salvador, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que disse: --

----- “Só para responder ao Deputado Artur Salvador. Também tenho que ter direito de resposta. O Senhor tem estado aí toda a tarde a ter direito de resposta, agora é a minha vez. Então é assim. Eu até cheguei a dizer, não sejamos ingénuos, claro que nós já temos alguns contactos feitos com as empresas, mas elas não aparecem aqui elencadas, sem que nós aprovássemos este regulamento. Portanto, é assim, por uma questão de postura, obviamente, primeiro aprovamos o regulamento e, portanto, damos um sinal daquilo que são as nossas instalações e que nós à vontade podemos falar nelas e depois faremos a publicitação porque estabeleceremos alguns acordos com essas empresas que o quiserem fazer, publicitaremos esses mesmo benefícios de todas aquelas que os quiserem conceder e quiserem também apoiar a juventude.”-----

----- Para um nova intervenção no período de discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção, dizendo: -----

----- “Eu quando li a correspondência aqui da Assembleia, e que me chegou a casa, também tive uma certa ingenuidade em pensar que este ponto seria absolutamente consensual, até por aquilo que é a ação aqui dos diferentes Grupos Municipais. Eu, por acaso, estou espantado como é que o Deputado mais jovem ali da bancada do PSD ainda não abriu a boca, e se calhar ele até está a ser ajuizado, porque aquilo que vai ser o sucesso, ou insucesso, deste cartão obviamente depende, digamos assim, dos jovens do concelho e da sua adesão às iniciativas. ---

----- Agora, o que eu tenho que realçar aqui é que em cinco meses é possível ir mais longe, mas é que, se calhar, nós não queremos ir mais longe, nós queremos é que os nossos jovens se sintam bem aqui em casa, nós não queremos dar-lhe um cartão para eles irem para os outros concelhos, queremos um cartão que eles fiquem no nosso concelho, a usufruir daquilo que foi feito no nosso concelho para eles usufruírem. Ora muito bem, e esta é que é a ideia. Acho que aqui o Deputado Salvador, se calhar, não percebeu muito bem a ideia do cartão e, se calhar, tem a sua própria ideia daquilo que deveria ser. -----

----- De qualquer maneira, é uma semente, como disse aqui o Deputado André, é uma semente e é uma semente que eu gostava de ver aqui hoje regada e fertilizada por todos os Grupos Municipais. Mas se calhar o PSD deve estar com medo de aprovar hoje tudo por maioria absoluta, não é, por unanimidade, serem os pontos todos aprovados, que é sinal que este executivo desta câmara está a trabalhar mesmo muito bem. Mas não tenham medo de aprovar as coisas que estão bem. O que está bem é para ser aprovado e para votarem connosco, que assim é que ficam bem na fotografia. Muito obrigado e com licença.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que afirmou: ----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----“Eu fiquei um bocado espantado. Primeiro nada me move contra a juventude. Aliás, eu devia ser avô e sou pai, tenho um miúdo com seis anos, portanto o cartão jovem só me dá jeito. Por outro lado, aqui o meu colega da bancada do PS pensou que eu estava a atacar aqui o Vereador do PS. Não estou nada. O que eu fiz na minha intervenção foi dar alguns contributos que efetivamente o regulamento não elenca a sequência dos benefícios. Agora, falar aqui em miserável, sei lá, e depois aqui a regar, parece-me que estamos aqui a entrar numa coisa baixa demais. -----

----- Nós estamos aqui para discutir um regulamento e o “é pa” aqui não me parece que seja, o “epa” é um gelado, que seja muito agradável para esta altura que até está fresco. Efetivamente, os artigos décimo terceiro e décimo quarto não estão elencados, mas é fácil, basta chegar ali ao décimo quarto e pôr, além dos benefícios previstos no artigo décimo terceiro e está o problema resolvido. É tão simples como isto, porque, senão, só há benefícios municipais, tal e qual como o regulamento está feito, e foi isso que eu quis chamar à atenção. Portanto, estava a participar no regulamento, mas acharam que era uma postura miserável, que eu já começo a ficar assustado, uma vez que qualquer dia não posso falar. -----

----- Por outro lado, a Assembleia não pode, quando se começa a falar em legalidade, nós não podemos prescindir da legalidade, porque a Assembleia é o órgão que tem essa responsabilidade. Portanto, não vamos brincar com coisas sérias. Eu não vou aprovar uma coisa que não está, não tem a lei habilitante, não está coerente e nunca aprovarei, mesmo que seja a favor do cartão, nunca aprovarei se ela não estiver feita como deve ser. E é fácil, basta ir à net pôr lá cartão jovem e aparecem trinta ou quarenta e depois é olhar para eles e ver como é que foram feitos. Muito obrigado.”-----

----- Concretizada a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que declarou: -----

----- “Senhora Presidente, eu penso que Vossa Excelência se recorda do discurso da tomada de posse. Nós tivemos o cuidado, enquanto Grupo, de dizer que respeitávamos as suas opções e não éramos correia de transmissão dos seus pensamentos. Isto só para dizer que obviamente Vossa Excelência não se enterrou porque não sabe se nós vamos votar a seu favor, ou não.”-----

----- Esgotada a discussão do ponto quatro da ordem do dia, respeitante à proposta da Câmara Municipal de Regulamento do Cartão Anadia Jovem, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do RAMA, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão. -----

----- Prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a proposta da Câmara Municipal de Regulamento do Cartão Anadia Jovem, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do RAMA. -----

----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta da Câmara Municipal de Regulamento do Cartão Anadia Jovem, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com trinta votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, um voto contra, do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e zero abstenções. -----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- "Eu só queria dizer que não votei contra o cartão jovem, votei contra este cartão jovem, tal e qual como está redigido. Se ele for corrigido e cá voltar, eventualmente votarei a favor. Muito obrigado."-----

----- Também para apresentar uma declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção: -----

----- "Senhor Presidente da Mesa, obviamente que esta bancada da Assembleia Municipal não podia votar de outra maneira, se não a favor de uma proposta que se dirige especificamente à juventude do concelho. Aquilo que fizemos na nossa explicação foi bem explícito, foram contributos a uma nova abordagem, a nossa abordagem, a mesma que foi criticada. Mas nunca poderíamos votar contra uma proposta destas e nunca votaremos contra qualquer proposta que venha em nome da juventude do concelho de Anadia. Obrigado."-----

----- Apresentadas as declarações de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto quatro da ordem do dia.-----

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto cinco da ordem do dia, "*Apreciação do relatório n.º 1082/2013 "Controlo do Endividamento e da Situação Financeira da Administração Local Autárquica, Auditoria ao Município de Anadia", da IGF – Inspeção-Geral de Finanças, nos termos da alínea g), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*". -----

----- Apresentado o ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para proceder à introdução do assunto, disse: -----

----- "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o que tenho que apresentar é pouco, uma vez que o relatório é bastante extenso e muito preciso naquilo que pretende dar a conhecer. Trata-se de um ponto que é apenas para informação da Assembleia Municipal, obviamente, caberá aos vários elementos da Assembleia, ou às várias bancadas fazer a apreciação, as considerações que entenderem pertinentes fazer. -----

----- Quero desde já dizer que este relatório obviamente que nos deixou satisfeitos, e eu, porque também fiz parte do anterior executivo e mais alguns Vereadores, e, nesse sentido, o resultado desta auditoria, que foi uma auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, resultou numa série de considerações, de recomendações. Inclusivamente, já seu deu a conhecer, mesmo ao longo da inspeção que esteve presente, algumas dessas medidas já foram implementadas, porque estas ações, para além da ação fiscalização, também têm uma ação pedagógica e, portanto, também nesse sentido, fomos corrigindo e regularizando o que eventualmente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estivesse menos bem em termos processuais. -----

----- Portanto, num quadro final resultam algumas considerações, recomendações, das medidas implementadas, das quais nós já demos a conhecer efetivamente das que fomos realizando e daquelas que nos propomos realizar. O resultado foi, de facto, no seu global positivo, como os Senhores Deputados poderão ter avaliado e, portanto, não me estenderei mais. Caso haja necessidade de fazer outra intervenção estarei disponível para o fazer.”-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão daquele ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que referiu: -----

----- “Eu aqui só queria acrescentar alguma coisa, ou dizer alguma coisa sobre o que aqui está escrito, porque durante o executivo anterior o CDS chamou, e acho que os outros partidos também, várias vezes à atenção do executivo pelo facto dos orçamentos serem demasiado empolados e da execução ficar sempre abaixo, ou muito próximo, dos cinquenta por cento. -----

----- Por outro lado, debatemo-nos sempre para que a Câmara, para chegarmos à conclusão se era mais económico, ou não, se fosse implementada a contabilidade de custos. E isto foi dito em não sei quantas sessões da Assembleia Municipal e finalmente vem o IGF dizer que tem mesmo que ser. Isto já estava em vigor há vários anos, nós não conseguimos, se não fizermos contas, não conseguimos perceber se nos sai mais barato o trabalho feito por administração direta ou feito por empreitada. Portanto, isto é básico, é fazer contas. Não quer dizer que não haja obras que tenham que ser feitas por administração direta. Claramente as pequenas intervenções, as intervenções urgentes. Agora o IGF só vem dar razão ao que nós durante quatro anos debatemos aqui nesta Assembleia. Muito obrigado.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção, dizendo: -----

----- “Algumas considerações a fazer sobre este relatório. Tem mais a ver com a análise global do mesmo, face àquilo que se passa e à transposição para o ano dois mil e catorze, de um orçamento que nós já aprovámos. -----

----- Fico preocupado quando num relatório da Inspeção-Geral de Finanças vejo as seguintes afirmações “falta de fiabilidade”, “empolamento dos valores”, e que parece-me, pelos vistos, que estão a tentar ser corrigidos, fruto dos documentos que nós aprovámos na última Assembleia. -----

----- Também foi dito na última Assembleia que, eventualmente, para tentarmos ultrapassar esta falta de fiabilidade, convinha que se subisse o nível de auditoria por parte do ROC. Se calhar, se isso tivesse acontecido, eventualmente, nós não teríamos lido este conjunto de situações neste relatório. -----

----- Tenho algumas considerações a fazer no sentido também de verificar que várias vezes se lê a questão “não reflete” e, portanto, há justificações de integração, incumprimentos, equilíbrios. Temos que também ajuizar e dizer que o que está bem também é para ser



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

valorizado. Agora com a questão da integração dos serviços municipalizados da água e saneamento na Câmara Municipal está ultrapassada esta questão da reflexão com fiabilidade dos valores e se por acaso o Município já começou em janeiro de dois mil e catorze a sua contabilidade de custos, a Senhora Presidente tem ideia dos centros de custos principais afetos a esta contabilidade? É porque penso que seria de todo o interesse, como disse o colega Sidónio, Deputado, eu hoje se calhar estaria interessado em perguntar afinal quanto é que custa produzir um metro cúbico de água? Se temos implementado o sistema de custos, contabilidade de custos, eles funcionam por períodos, portanto nós podemos hoje determinar facilmente quanto é que custa produzir um metro cúbico de água. -----

----- E depois é importante, também, fazer uma referência que é há questões hoje, aliás neste relatório, que traçam um quadro referente à saúde financeira dos anos em observação. Vamos ver quais vão ser as implicações e as consequências destes empolamentos e destas faltas de fiabilidade. Se calhar, no filme futuro, e o filme futuro também já é passado, portanto vamos tentar perceber de que forma, e gostava também de ouvir a Senhora Presidente sobre esse quadro, porque efetivamente não temos esses documentos ainda connosco. Muito obrigado.”-----

----- Para responder às interpelações dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Só para dizer ao Senhor Deputado Sidónio Simões que efetivamente a contabilidade de custos, não está cá. A contabilidade de custos é um processo que é bastante moroso, pese embora já haja orientações há vários anos para que todos os municípios aderissem à contabilidade de custos. Quero dizer que daquilo que eu tenho conhecimento não há assim tantos municípios, neste momento, que já tivessem conseguido, em pleno, trabalhar esta contabilidade de custos e, portanto, nós, Câmara Municipal de Anadia, sobretudo que trabalhamos com uma grande administração direta ainda, porque ainda tínhamos um grande número de funcionários, ainda temos obviamente, e que fazemos algumas obras por administração direta, claro que ainda se torna mais difícil porque é preciso contabilizar desde o pessoal, às máquinas e por aí fora. E, portanto, foi um processo que foi sendo trabalhado ao longo de vários anos e que hoje, em dois mil e catorze, já estamos em condições obviamente de o implementar. -----

----- Nós não arrancamos este ano de dois mil e catorze sem que esta contabilidade de custos estivesse efetivamente implementada nos serviços e pudesse começar a ser trabalhada. Há coisas que parecem simples, mas como, por exemplo, os nossos funcionários estão nas oficinas municipais, portanto, nós até há bem pouco tempo não conseguíamos inclusivamente uma linha fácil de o funcionário entra ao serviço e regista o ponto e portanto aparece logo cá em baixo no serviço. Não, isso era tudo feito de forma manual, ou seja, havia o registo e vinha para a Câmara e esse registo manual ia sendo feito com os próprios funcionários, que também têm que fazer o preenchimento dos diversos livros, quer em termos de serviço, quer da parte dos motoristas, que também utilizam as diversas viaturas. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Portanto, isto para dizer que arrancamos dois mil e catorze com a implementação já final desse processo e com a questão dos centros de custos implementada. -----

----- Para dizer que também na questão da auditoria por parte do ROC, bom nós neste momento temos uma nova empresa auditora, portanto apenas fez um pequeno relatório, no que se refere ao ano anterior. Dentro de pouco tempo teremos presente nesta Assembleia a apreciação de contas e, portanto, aí terá um outro trabalho, um trabalho diferente por parte desta equipa da auditoria. -----

----- A falta de fiabilidade e os orçamentos empolados não considero que seja tão grave quanto isso, porque na realidade é assim, nós tínhamos que, efetivamente, no âmbito das candidaturas, quando nós nos propúnhamos realizar uma candidatura, nós tínhamos que ter no plano de investimento. Portanto no PPI, nomeadamente, nós tínhamos que ter a rubrica orçamental aberta e a dotação para garantir efetivamente essa candidatura e que havia viabilidade para tal. Entre a aprovação da candidatura e avançar com as obras e alguns processos burocráticos por vezes demorados, e nós até no nosso município enfim as coisas nem correram muito mal, porque há por aí outros municípios que as empresas vão interrompendo o seu percurso em termos de empreitadas, portanto têm que passar ao seguinte. E, portanto, não fomos tão lesados nessa situação, daí que não é a questão de falta de fiabilidade nos valores, vejamos, que tivesse havido orçamentos empolados, aí temos que o reconhecer, mas também por força das próprias candidaturas que a isso nos obrigavam. Portanto, como nos obrigavam quase em tempo *record* para nós podermos apresentar candidaturas, nós tínhamos que ter a inscrição orçamental e muitas vezes isso não era compatível com a execução, porque era preciso lançar a obra a concurso e muitas vezes os concursos públicos, e quando há obras maiores e tudo a correr bem, quatro a seis meses, isso é garantido, e portanto, basta haver qualquer derrapagem num prazo, ou mais erros e omissões, que enfim agora a lei até mudou e até dá azo a que estes prazos ainda sejam mais dilatados e, portanto, basta apenas um deslize de trinta dias para já alterar a execução das empreitadas. -----

----- Portanto, isto no que toca aos orçamentos empolados, a realidade era essa e não porque o Município tivesse vontade obviamente de fazer orçamentos empolados, mas nós tínhamos que garantir as dotações nas respetivas rubricas para podermos ter a garantia de nos candidatar. Hoje por exemplo estamos numa fase diferente, até nos dizem assim, olhem vejam lá nesta medida que está aberta vocês metam lá uma candidatura, mas, atenção, têm que ter maturidade necessária para que haja garantias dela poder ter financiamento. Portanto, já estamos num período diferente, num término de um quadro comunitário que já nos exige uma situação completamente diferente, ou seja, o Município tem que andar à frente com a obra se quer garantir efetivamente que a candidatura seja aprovada, porque, enfim, o prazo é muito curto para garantir a apresentação das despesas e, portanto, daí que nos anos anteriores seria uma realidade diferente. -----

----- A integração dos SMAS na Câmara Municipal de Anadia se ia afetar a esta contabilidade, de maneira nenhuma, até porque os próprios serviços municipalizados tinham uma gestão



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

autónoma, nos próprios serviços municipalizados, e porque a estrutura era bastante mais pequena, já estavam mais habilitados a trabalhar com esta contabilidade de custos que eles próprios já estavam a praticar. Agora, há uma integração, efetivamente, mas não é por aí que vai afetar a contabilidade, até porque já decorre de todo um trabalho que vinha a ser feito anteriormente e, portanto, é uma integração perfeita e estaremos em condições de depois avaliar no seu todo, porque hoje as receitas, não há receitas nos serviços municipalizados, há receitas da Câmara Municipal de Anadia. Portanto, penso que, neste momento, mais dados, o relatório de contas com certeza poderá dar mais alguma informação. -----

----- Já agora queria só acrescentar aqui um ponto que ninguém lembrou, mas que é importante, porque isto é sempre uma preocupação e também foi bandeira de alguns partidos políticos. Que é no que toca ao limite do endividamento e aquilo que este relatório garante. E, portanto, nós também o afirmamos, é que de facto o Município de Anadia cumpriu os limites legais de endividamento e, portanto, estamos dentro das regras daquilo que é devido ao Município de Anadia, nomeadamente no que a nós nos toca, Município de Anadia. Portanto, estaremos descansados que não estamos a ultrapassar os nossos limites.”-----

----- Decorrido o esclarecimento prestado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, e sem que tivesse sido manifestada qualquer outra intenção para intervir naquele período de discussão do ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o período e, consequentemente, o ponto por encerrado. -----

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto seis da ordem do dia, *“Apresentação, discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, elaborada pelo Grupo de Trabalho designado para o efeito, em sessão da Assembleia de dezanove de outubro de dois mil e treze, constituído por um Deputado de cada Grupo Municipal e presidido pelo Presidente da Mesa”*.-----

----- Apresentado o ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a fazer introdução do assunto do ponto, concretizando a intervenção da forma seguinte:

----- “Sobre este assunto, permitam-me que faça a apresentação do mesmo, mas antes de o fazer, eu queria, dado que o regimento é da responsabilidade da Mesa da Assembleia, o Presidente pediu a colaboração dos Senhores Deputados, um por cada bancada, a quem queria desde já manifestar publicamente o meu agradecimento e o meu louvor pela atitude que todos tiveram, trabalhando como membros de um todo, que é a Assembleia, indistintamente da “cor política” que nela representam. Foi um trabalho que resultou e resultou com celeridade, resultou também pela incorporação da experiência, pela incorporação da diversidade de formação dos Senhores Deputados que integraram a comissão, a eles a Mesa agradece-lhes tão prestimoso contributo. Em nome da mesa o meu muito obrigado. -----

----- Fazendo a apresentação do regimento, ele assenta na mesma estrutura do anterior, dividido em capítulos, secções e em artigos. Poderemos dizer que até ao artigo trigésimo quinto cumpriu-se uma transcrição genérica dos normativos legais que regulam a composição, direitos, deveres e funcionamento das Assembleias Municipais, nomeadamente, o anexo um da lei



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

setenta e cinco barra dois mil e treze, com pequenas adaptações ao nosso caso particular. -----

----- A partir do artigo trigésimo quinto as mudanças fundamentais foram os tempos por ponto, o tempo total por cada ponto foi reduzido, em traços largos, em trinta minutos relativamente ao regimento anterior, também no período antes da ordem do dia foi aqui incorporada uma inovação relativamente ao anterior, sobre as interpelações mediante as perguntas à Presidência da Câmara Municipal. Eu estou a falar do artigo trigésimo quinto, alínea e), nas interpelações mediante pergunta à Câmara Municipal sobre assuntos da respetiva administração e resposta dos membros desta e que poderão ser remetidas por escrito, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas, via *e-mail*, para os serviços de apoio à Assembleia Municipal, no máximo três por cada bancada e por sessão. -----

----- Portanto, foi uma inovação que aqui foi introduzida, o artigo trigésimo sexto, no seu ponto cinco como referi, reduz o tempo máximo por ponto, passou de noventa minutos para sessenta minutos. O artigo trigésimo nono, houve também aqui uma nova reorganização dos tempos a distribuir por cada bancada e pelos Grupos Municipais. -----

----- Depois a alínea d), na duração máxima do uso da palavra e do número de vezes que a pode usar cada deputado por ponto, com dispensa do representante de cada grupo municipal poder fazer sem ter aqui limitação do número de vezes que o faça. e o artigo quinquagésimo segundo, no artigo quinquagésimo segundo no que respeita às gravações, quinquagésimo segundo, ponto cinco, no que diz respeito às gravações, que no regimento anterior as gravações das sessões serviam exclusivamente para efeitos de elaboração de ata, acrescentado que seriam para o fim anterior e também guardadas para memória futura.-----

----- Daria a palavra aos Senhores Deputados para se pronunciarem sobre ele. Muito obrigado.”-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que declarou: -----

----- “Apenas para ser justo, tenho que fazer a seguinte comunicação aos meus caros colegas da Assembleia e público. As alterações legislativas mais recentes, em sede autárquica, obrigaram a que a Assembleia Municipal se decidisse na revisão do regimento. Como o Senhor Presidente já referiu, esta revisão contou com a participação de membros em representação dos vários partidos e movimentos que integram a Assembleia Municipal. Eu próprio, por parte do PSD, o Engenheiro Aires que presidiu, o Senhor Prof. Luís Santos, em nome do MIAP, o Senhor Prof. António Alves, em nome do PS, e o meu caro amigo Engenheiro Sidónio Simões, a comissão, do CDS, a comissão levou a bom porto a revisão do RAMA. Quero apenas aqui referir e salientar o espírito de colaboração entre os participantes, a discussão viva e ordeira, a procura genuína do melhor para o nosso concelho. Estiveram presentes pessoas com diferentes conceções, pontos de vista, mas irmanados na procura do melhor para Anadia. -----

----- Também quero aqui deixar registado o facto de que o MIAP e o PS terem prescindido da maioria e salientarem várias vezes que o regimento ou seria aprovado por unanimidade ou não



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o seria, e foi em vários aspetos deste regimento o MIAP e o PS fizeram um esforço para que as soluções fossem, por unanimidade, e representassem verdadeiramente o regimento, que o regimento fosse verdadeiramente o regimento de toda a Assembleia Municipal e não apenas o reflexo de uma maioria. Quero salientar isso mais uma vez. E, portanto, em consequência, quero afirmar nesta câmara que aquilo que o RAMA tem de bom, ou por ventura, de menos bom, é da responsabilidade de todos os que fizeram e participaram na sua revisão, não de um, mas de todos. Muito obrigado.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que concretizou a intervenção dizendo: -----

----- “Eu não diria melhor do que aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado que falou antes de mim e, portanto, não vou enfim tecer mais nenhum comentário sobre o assunto. De qualquer dos modos, eu estava convencido que o Senhor Dr. ia falar no assunto, não falou. O artigo trinta e nove, alínea seis), tem um parágrafo que tem aí uma alusão a algo que não pode constar, ou seja, o parágrafo diz, quando excecionalmente se verificar o prolongamento dos trabalhos no período de antes da ordem do dia, e em cada ponto, portanto o período da ordem do dia e terá que sair em virtude de que não há alteração aos sessenta minutos iniciais do ponto de antes da ordem do dia. Portanto, há aqui um lapso de escrita e convinha ser verificado, retificado, antes de colocar a questão à votação. É apenas isso que eu queria dizer Senhor Presidente. E obviamente também congratular-me com o andamento com que os trabalhos decorreram.”-----

----- Completadas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de discussão do ponto seis da ordem do dia e, prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, elaborada pelo Grupo de Trabalho designado para o efeito, em sessão da Assembleia de dezanove de outubro de dois mil e treze, constituído por um Deputado de cada Grupo Municipal e presidido pelo Presidente da Mesa.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, elaborada pelo Grupo de Trabalho designado para o efeito, em sessão da Assembleia de dezanove de outubro de dois mil e treze, constituído por um Deputado de cada Grupo Municipal e presidido pelo Presidente da Mesa, tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções. -----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que, sobre o assunto, apresentou as considerações seguintes: -----

----- “Relativamente a este ponto, e pese embora eu não tenha aqui qualquer influência no mesmo, nem me quis pronunciar antes do mesmo ser aprovado, gostaria apenas só de salvaguardar a minha posição enquanto Presidente de Câmara, porque de facto o artigo trinta e cinco, na alínea e), e no que se refere às interpelações diz interpelações mediante perguntas à



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal sobre assuntos da respetiva administração e respostas dos membros desta e que poderão ser remetidas por escrito com a antecedência mínima de quarenta e oito horas, via *e-mail*, para os serviços de apoio à Assembleia Municipal, no máximo três por cada bancada e por sessão. Portanto, deduzo que estas quarenta e oito horas se referem a dias úteis, provavelmente, ou contínuos, porque no final não tem, diz que os prazos previstos são contínuos, mas obviamente que às vezes pode não haver a possibilidade ou de os serviços verem desde logo estes mails por chegarem mais atrasados à minha pessoa, e no próprio dia eu não ter a possibilidade de ter aqui a resposta para tal, e sendo três por bancada e às vezes as perguntas podem ser dez em um, portanto ainda mais extensas, com certeza terão que ser as respostas e portanto inviabiliza obviamente a minha capacidade de resposta porque até posso estar com outras ocupações, ou então tenho que as interromper para poder responder. -----

----- Portanto, aí pedia aos Senhores Deputados que tivessem isso em consideração e quando eu não tiver oportunidade de dar essas respostas, e depende das perguntas e do prazo em que elas surgirem, está salvaguardado através do artigo vinte e um, na alínea g), requerer por intermédio do Presidente da Assembleia, por escrito, os elementos e as informações que considerem uteis para o exercício do seu mandato, devendo a resposta ser prestada no prazo de trinta dias. Portanto, é apenas o que me resta acrescentar relativamente a isto. -----

----- E permitam-me, mas em minha defesa, também, e própria dos serviços, porque às vezes pode esta agilidade não haver possibilidades de acontecer. De resto, congratulo-me pela unanimidade e pela forma concertada como todas as bancadas estiveram à volta deste documento e, portanto, penso que foi construtivo terem consenso na aprovação do mesmo.”----

----- Decorrida a intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao Plenário da apresentação de uma proposta, por parte do Grupo Municipal do MIAP, subscrita pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, para, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 20.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA), aprovar em minuta os pontos dois, três e quatro do período da ordem do dia da Assembleia Ordinária do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, a fim de produzirem efeitos imediatos. -----

----- Depois de submeter à votação dos Senhores Deputados a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, do Grupo Municipal do MIAP, de aprovação em minuta dos pontos dois, três e quatro do período da ordem do dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta votos a favor, não tendo participado na votação o Deputado Municipal Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, por se encontrar ausente da sala. -----

----- Anunciado o resultado da votação da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia, passando, desde logo, ao período de intervenção do público, nos termos do Artigo trigésimo sexto do RAMA. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para este período, deu a conhecer da apresentação de três pedidos de intervenção, por parte de três cidadãos, nomeadamente Maria do Céu Castelo Branco, Luís Carlos Carvalho e João Tiago Castelo Branco, adiantando que iria dar a palavra por ordem de inscrição. Assim, concedeu a palavra à cidadã Maria do Céu Castelo Branco, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Muito boa tarde a todos. Eu gostaria de dizer o seguinte telegraficamente. A questão da assistente social e da psicóloga são atividades profissionais idiossincráticas que se complementam e as equipas funcionam quando há multidisciplinaridade nas mesmas. Aquilo que é uma assistente social, aquilo que é uma psicóloga, se é generalistas, até abrange bastantes campos, muito mais até do que uma assistente social, como também há outras profissões que não substituem, mas que se interligam e complementam. Como tal eu penso que, atendendo ao grau elevado de desemprego que graça no país, e também no concelho, como é obvio, eu penso que é neste sentido que devem ser feitas de facto e atribuídas as candidaturas e encontradas as respostas para que haja esta multidisciplinaridade porque efetivamente estamos no concelho a viver situações dramáticas de problemas emocionais, de problemas graves de desemprego que afeta efetivamente a estabilidade emocional da saúde e a saúde mental. -----

----- Ponto dois. Eu gostaria também de certa maneira protestar contra a mediocridade da terminologia de certos Deputados nesta Assembleia, para além do gasto de tempo, vulgarizam aquilo que são os eleitos neste concelho pelos munícipes deste concelho. Como tal, penso que é altura de facto de começarmos a falar mais da bandeira Anadia, da bandeira Portugal, do que da bandeira MIAP, da bandeira CDS, da bandeira PSD e PS. -----

----- Portanto, é nesta conjugação de esforços que efetivamente elevamos o concelho, elevamos Portugal e penso que já é altura de estarmos perfeitamente alerta de que é altura, mas urge mesmo que isto aconteça. -----

----- Há agora outro ponto que como eu não tive acesso enquanto público, à publicação prévia da alteração do regimento e que contém o mesmo, gostaria de alertar pelo seguinte. Acho que é pertinente que em vez de facto se criar a intervenção proporcional ao tempo dos deputados eleitos, se crie a intervenção de acordo com a pertinência da mesma. E, como tal sugiro, não sei se isto está acautelado, porque efetivamente não tive acesso ao mesmo, não sei o que é que foi alterado no conteúdo, de facto que seja previamente publicado nos órgãos publicitados e isso será um incentivo à participação dos munícipes para que aqui estejam, não meia dúzia, mas muito mais para que de facto eles saibam efetivamente o que é que aqui se está a estudar no artigo não sei quantos, do ponto dois do artigo tal, tal, tal deste regimento e as alterações que foram feitas. Eu penso que é assim que de facto se motiva e se leva a que haja uma participação ativa dos cidadãos na construção e na governação deste concelho, logo consequentemente deste Portugal, que queremos que seja para todos e não para a bandeira de um e de outro e de aqueloutro. Portanto é só isto que eu gostaria de dizer, muito obrigada."-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cidadão Luís Carlos Carvalho, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Ora boa tarde a todos. Eu gostava de perguntar à Senhora Presidente de Câmara, porque eu estou à espera há cerca de oito meses que eu preenchi um impresso aqui nas instalações da Câmara Municipal para falar na altura a Senhora Vice-presidente, e até hoje não me contactaram para ser recebido, nem por si, nem pelo Senhor Prof. Litério Marques. Há cerca de quatro meses dirigi-me cá, o tal impresso desapareceu dentro das instalações, segundo a sua secretária particular. Novamente passado quinze dias apareceu e até hoje não me contactaram para falar consigo, nem com o Senhor Prof. Litério Marques e estou a aguardar e já me dirigi cerca de quatro vezes, quatro, cinco vezes aqui e até hoje não me contactaram. Gostava de saber qual é a razão. E já agora gostava de saber quando é que a Câmara Municipal de Anadia pretende implementar um serviço para acabar com a corrupção no concelho de Anadia. Obrigado."-----

----- Para responder à questão colocada pelo cidadão Luís Carlos Carvalho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que afirmou: -----

----- "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a única coisa que posso responder a este Senhor Luís Carlos Carvalho é que de momento não disponho aqui da agenda, portanto na próxima semana tratarei do assunto com a minha secretária, portanto verei qual é a minha disponibilidade."-----

----- Por último, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao cidadão João Tiago Castelo Branco, que concretizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Boa noite a todos. Eu queria só colocar algumas questões que me parecem pertinentes relativamente aos desígnios do concelho de Anadia e deveria de facto ser de primordial importância para todos os elementos que integram a casa soberana do Município que é esta Assembleia. -----

----- Relativamente à questão do novo RAMA, de facto é triste que tantos anos depois do vinte e cinco de Abril tenhamos que presenciar retrocessos no que diz respeito à participação de todos os munícipes nesta casa que é a nossa assembleia. As respostas têm que estar presentes na Senhora Presidente da Câmara logo que elas lhe são feitas, se depois então não sabe, mais tarde responderá a pessoa que a interpelar, fazer protelar o prazo de resposta mais não é uma forma inteligente de implementar determinadas práticas que já deviam estar em desuso na democracia há muitos anos e portanto merece da minha parte o mais veemente repúdio sobre todo este tipo de iniciativas, que mais não são uma forma de colocar aqueles que de facto estão diretamente a utilizar-se da política e levar ao afastamento daqueles que poderiam querer participar na política ativamente enquanto cidadãos. -----

----- A RAMA, se for aprovada como foi, mais não é que isso mesmo, tornar a participação cívica e política mais diminuída em desprestígio da classe política particularmente do concelho



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Anadia. É triste. -----

----- Depois relativamente ao que interessa, eu não ouvi uma palavra de quem quer que seja relativamente ao fecho do Tribunal de Anadia, falta pouco, falta pouco.”-----

----- Presidente da Assembleia Municipal: “Peço desculpa mas o Senhor chegou tarde, foi falado e muito falado.”

----- Cidadão João Tiago Castelo Branco: “O Senhor Presidente quer-me interromper ou quer-me deixar falar? Quando eu acabar de falar o Senhor interrompe-me que é uma falta de respeito por quem está a falar.”-----

----- Presidente da Assembleia Municipal: “Como presidente da mesa tenho direito de o fazer.”--

----- Cidadão João Tiago Castelo Branco: “Começamos a usar as mesmas práticas, eu falo e o Senhor depois se quiser intervir, intervém. Ou também querem cortar a palavra agora? É que eu já só tenho cinco minutos para falar não é? Pronto. -----

----- Relativamente ao tribunal não há uma medida concreta, uma iniciativa concreta que esta Câmara Municipal vá tomar, se houver que me corrijam, uma iniciativa concreta que a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais tenham relativamente ao fecho do tribunal, e que vão ter, vão ter, queria saber uma, se me disserem eu calo-me e depois relativamente à questão do hospital também é muito pertinente, isso são assuntos concretos. -----

----- Relativamente aos apartamentos do Visconde Seabra, que continuam sem utilização, vão continuar sem utilização, há pessoas a passarem privações em Anadia, não vejo que seja com um cartão jovem que vá resolver o problema, tem que haver uma discriminação positiva dos interesses dos munícipes, os interesses dos munícipes enquanto jovens não refletem as necessidades de cada um e há situações de necessidade que devem ser controladas no concelho de Anadia e não estão a ser.-----

----- A questão do parque de estacionamento continua sem utilização, o parque de estacionamento subterrâneo continua ali três milhões de euros investidos quando nem se quer se lembraram de fazer a porta de entrada daquilo, esqueceram-se, três milhões de euros. Então mas que raio de câmara municipal é esta que nos projetos que faz nem sequer a porta de entrada do estacionamento coloca? Portanto é grave. O eco parque um fiasco autêntico, só se for para fazer ski de lama por ali abaixo. Se calhar um desporto radical olhe para os jovens. ----

----- O PDM, Senhora Presidente, vou esperar trinta dias para me responder. Onde é que está o PDM? O que é que se passa com o PDM de Anadia? As pessoas estão a passar dificuldades com as construções que têm que fazer e que fizeram e continuam sem ter o mínimo de resposta da sua parte e pela parte das entidades competentes neste país que é uma vergonha para o concelho de Anadia. -----

----- Já foi falado aqui o plano municipal da corrupção, anticorrupção, todos os concelhos vizinhos têm e o município de Anadia não tem porquê? O conselho municipal da juventude então criam o cartão da juventude e nem se quer se lembram do conselho municipal da juventude que está para ser criado há tanto tempo, tem ali espaços devolutos. Onde é que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

você se interessam pela juventude? Zero. Não se interessam. Interessam-se para mandar e-mails para ir ao Velódromo ver o Senhor ciclista Alves Barbosa não é? Mas para criar um conselho onde a juventude tenha uma voz a dizer tenha uma intervenção no conselho do município aí já não se lembram. -----

----- E já agora se estão a falar que efetivamente a RAMA é um diploma que está na vanguarda porque é que não fazem como os outros municípios vizinhos, e até já têm a câmara de filmar e tudo, porque é que não põe online as assembleias para toda a gente ver o vosso trabalho? Para toda a gente exercer o seu direito de cidadania que é ver o que é que aqueles que os representam fazem durante o trabalho que estão a prestar ao serviço público de Anadia. Já o falei enquanto fui deputado e falo agora enquanto cidadão que sou.”-----

----- Presidente da Assembleia Municipal: “Sr. João Tiago terminou o seu tempo.”-----

----- Cidadão João Tiago Castelo Branco: “E vou terminar Senhor Presidente e vou terminar. Acho que se não for por vídeo e som, seja pelo menos por som que assim se calhar saberíamos determinados pontos que não sabemos porque a câmara municipal não dá qualquer tipo de publicidade às intervenções. Já agora...”-----

----- Muito obrigado, pela intervenção que fez onde é que está o plano municipal de proteção municipal? O plano de proteção civil municipal? -----
Isso é que são pontos importantes que têm que ser debatidos nesta assembleia, o resto são tretas. Muito obrigado-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença e a participação de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, quando eram dezanove horas e trinta e dois minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

A Segunda Secretária -